

Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

<http://bd.camara.gov.br>

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Magno Antonio Correia de Mello

**A IMPOSIÇÃO DE LIMITES AO EXERCÍCIO DA LIBERDADE INDIVIDUAL COMO
DECORRÊNCIA IMEDIATA DA PRODUÇÃO DE NORMAS DE CONVÍVIO**

Brasília

2011

Magno Antonio Correia de Mello

**A IMPOSIÇÃO DE LIMITES AO EXERCÍCIO DA LIBERDADE INDIVIDUAL COMO
DECORRÊNCIA IMEDIATA DA PRODUÇÃO DE NORMAS DE CONVÍVIO**

**Monografia apresentada ao Programa de
Pós-Graduação do Centro de Formação,
Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara
dos Deputados/CEFOP como parte da
avaliação do Curso de Especialização em
Processo Legislativo.**

Orientador: Antonio José Barbosa

Brasília

2011

Autorização

Autorizo a divulgação do texto completo no sítio da Câmara dos Deputados e a reprodução total ou parcial, exclusivamente, para fins acadêmicos e científicos.

Assinatura: Magno Antonio Correia de Mello

Data 9/12/2011

Mello, Magno Antonio Correia de .

A imposição de limites ao exercício da liberdade individual como decorrência imediata da produção de normas de convívio [manuscrito] / Magno Antonio Correia de Mello. -- 2011.

72 f.

Orientador: Antonio José Barbosa.

Impresso por computador.

Monografia (especialização) – Curso de Processo Legislativo, Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2011.

1. Interação social. 2. Liberdade individual. 3. Processo legislativo. I. Título.

CDU 316.6

**A IMPOSIÇÃO DE LIMITES AO EXERCÍCIO DA LIBERDADE INDIVIDUAL COMO
DECORRÊNCIA IMEDIATA DA PRODUÇÃO DE NORMAS DE CONVÍVIO**

Monografia – Curso de Especialização em Processo Legislativo
– 1º Semestre de 2011.

Aluno: Magno Antonio Correia de Mello

Banca Examinadora:

Antonio José Barbosa

Renato Salles Feltrin Corrêa

Brasília, 12 de dezembro de 2011.

À minha esposa, Adelaide, a meus pais,
Hugo e Beatriz, e a meus filhos, Rayane,
Rebeca e Bruno, holofotes que iluminam meu
caminho pela vida.

Ao meu caríssimo orientador, professor
Antônio Barbosa, por aceitar partilhar seus
inúmeros conhecimentos comigo.

Aos colegas de curso, cuja amizade
especial é o melhor produto que me restará
dessa experiência de resto em tudo
enriquecedora.

Agradecimentos

Ao meu primeiro orientador, professor Leonardo Augusto de Andrade Barbosa, autor de pertinentes objeções ao projeto original da pesquisa, as quais permitiram o sensível aprimoramento do conteúdo da monografia, e aos demais professores que nos deram o privilégio de ministrar o curso, em especial minha dileta amiga Cristiane Branco Macedo, sem cuja colaboração não teria sido viabilizada a avaliação deste modesto estudo.

“Uma educação pela pedra: por lições;
para aprender da pedra, frequentá-la;
captar sua voz inefática, impessoal
(pela de dicção ela começa as aulas).
A lição de moral, sua resistência fria
ao que flui e a fluir, a ser maleada;
a de economia, seu adensar-se compacta:
lições de pedra (de fora para dentro,
cartilha muda), para quem soletrá-la.
Outra educação pela pedra: no Sertão
(de dentro para fora, e pré-didática).
No Sertão a pedra não sabe lecionar,
e se lecionasse não ensinaria nada;
lá não se aprende a pedra: lá a pedra,
uma pedra de nascença, entranha a alma.”

João Cabral de Melo Neto

Resumo

A coesão de organismos sociais humanos é mantida por meio da imposição de limites ao exercício do livre arbítrio por parte dos indivíduos e das coletividades de indivíduos que os integram e compõem. Esse objetivo é alcançado pela atuação de quatro mecanismos que se influenciam mutuamente: a ética, a moral, o direito e as convenções sociais decorrentes da assimilação de novos conhecimentos. Os limites impostos ao comportamento instituídos no âmbito desses mecanismos serão aplicados tanto ao relacionamento entre indivíduos como ao relacionamento entre comunidades e aos contatos entre estas e aqueles. Tais limites apresentarão algumas características comuns, qualquer que seja o meio onde se desenvolvam: a sensação de legitimidade com que são vistos pelos alcançados; a forma ao mesmo tempo universal e heterogênea por meio da qual se aplicam aos integrantes do meio social em que são estabelecidos; a presença de instrumentos de coerção a eles correlacionados; o caráter dinâmico que faz com que se encontrem em permanente mutação; e o fato de que constituem criações coletivas. Esses limites serão originados de procedimentos específicos para cada período, cultura ou espaço territorial em que se vejam implantados. Não serão permanentemente compatíveis com os valores do meio social no qual são instituídos, mas em todos os casos tenderão a evoluir no sentido de se ajustarem a esses valores. Desse último fenômeno resulta uma estreita vinculação entre o teor de juízos coletivos e o conteúdo dos limites estabelecidos pelo meio social para o comportamento humano, o que acarreta na errônea concepção de que sociedades distintas, por se fundarem em apreciações valorativas igualmente discrepantes, não apresentam traços em comum. Demonstrar que essa última conclusão se afasta da realidade, a partir da premissa de que em qualquer meio social se busca o estabelecimento de limites ao comportamento humano, constitui o objetivo central do presente estudo.

Abstract

The cohesion of human social agencies is maintained by imposing limits to the exercise of free will on the part of individuals and collectivities of individuals who integrate and composes. This objective is accomplished by the leadership of four mechanisms that influence each other: ethics, morals, law and social conventions resulting from the assimilation of new knowledge. The limits to behavior imposed under those mechanisms will be applied both to the relationship between individuals as to the relationship between communities and to contacts between these and those. Such limits will present some common characteristics, whatever the medium where they operate: the feeling of legitimacy with which are seen by achieved; the form at the same time universal and heterogeneous through which apply to members of the social environment in which they are established; the presence of instruments of coercion related to them; the dynamic character that causes they are in permanent mutation; and the fact that they constitute collective creations. These limits will be sourced from specific procedures for each period, culture or territorial space that will be deployed. They aren't permanently compatible with the values of the social environment in which they are imposed, but in all cases they will tend to evolve to fit these values. This latter phenomenon is a close link between the collective judgments of content and the content of the limits set by the social environment for human behavior, which leads to erroneous conception that in separate companies, for if found in disparate, non-evaluative presuppositions assessments also have traits in common. Demonstrate that this last conclusion departs from reality, from the premise that in any social environment if search limits to human behavior, is the central goal of this study.

Sumário

Introdução	9
1 - A limitação da liberdade como instrumento de viabilização do convívio	12
2 - Os mecanismos de produção de limites impostos à liberdade dos indivíduos como forma de viabilizar o convívio social	15
3 - Agentes cuja liberdade é limitada pelo meio social	21
4 - Características dos limites impostos pelo meio social à liberdade de seus integrantes	24
4.1 A questão da legitimidade dos limites impostos ao comportamento em sociedade	24
4.2 A universalidade e a heterogeneidade dos limites impostos ao comportamento em sociedade	27
4.3 A vinculação entre limites de conduta e instrumentos repressivos	32
4.4 A natureza dinâmica dos limites impostos pelo meio social	38
4.5 Os limites de comportamento impostos pelo meio social como resultado da confluência de interesses e o conceito de consciência coletiva	42
Conclusão	49
Referências Bibliográficas	52

Introdução

As sociedades humanas, quaisquer que sejam, onde ou quando tenham existido, enfrentam dilemas ao menos em sua superfície distintos entre si e não raro contemporâneos. De um lado, trata-se de sobreviver à cobiça de agentes externos e vencer conflitos por meio dos quais povos com frequência se lançam ao esforço de submeter outros povos.

É provável tenha essa espécie de empreitada surgido simultaneamente com o advento dos primeiros grupamentos de seres humanos que utilizaram o sedentarismo como meio de vida. As reações a tentativas de conquista também datam, é bem possível, do mesmo período, porque o direito à propriedade nasceu junto com seus potenciais usurpadores.

Outra vertente, como se afirmou paralela àquela, diz respeito ao esforço permanente de populações que dividem espaço territorial, interesses e cultura no sentido de atravessar crises internas e superar confrontos permanentes entre seus próprios membros. Se na resistência a invasões territoriais alienígenas os problemas já não se mostram simples, amplificam-se e não se restringem a aspectos facilmente identificáveis, a busca por coesão social interna se revela ainda mais multifacetada, podendo-se afirmar que cada núcleo de indivíduos inserido em um de maior proporção constitui, potencialmente, a fonte de sua própria desagregação.

No que diz respeito ao primeiro dilema que as sociedades enfrentam em prol da própria sobrevivência, cabe recordar que já houve tempo em que a única solução para choques entre populações distintas e submetidas a pretensões colidentes se resumia a desfechos bélicos. Essa é a realidade que marca a parcela mais expressiva da história humana e só começa a merecer contraponto, cujos pressupostos lentamente vêm sendo consolidados, a partir da criação de organismos internacionais, cujos primeiros esboços surgem apenas no início do século vinte¹, como resultado da primeira conflagração mundial, de resultados tão terríveis que dela derivou um conflito ainda mais traumatizante.

Pelo menos um volume clássico, assinado pelo celebrado historiador francês Marc Ferro, analisa com muita propriedade, e de forma extremamente compreensiva, os mecanismos por meio dos quais, ao longo das civilizações humanas surgidas a partir do feudalismo europeu, culturas desapareceram, povos foram escravizados e realidades sociais

¹ Faz-se referência a instituições de natureza política, destinadas a organizar e mediar relações entre distintos estados. O internacionalismo antecede essa preocupação no que diz respeito a inúmeras outras finalidades, como se verifica, por exemplo, no surgimento da Cruz Vermelha Internacional, datado de meados do século XIX.

sofreram profundas alterações². Esse fenômeno, ao qual o autor atribui a denominação genérica de “colonização”, ocorreu mesmo, sem exceção conhecida, por um único critério, o uso da força, ainda que a partir da conquista elementos de outra ordem tenham sido introduzidos para estabilizá-la.

Em época mais recente, embora se mantenham potencialmente em atrito culturas e povos distintos, outras formas de superação de conflitos vão sendo implementadas. É verdade que a invasão norte-americana no Afeganistão não contou com apoio internacional e se fez inclusive contra a opinião de aliados importantes, mas há ainda menos dúvidas sobre o fato de que a partir daí a movimentação estadunidense, concorde-se ou não com seus termos, viu-se legitimada pelos agentes do direito internacional e àquela primeira invasão se sucederam outras iniciativas, inclusive a ocupação do Iraque, para a qual se obteve respaldo de estados nacionais de extrema relevância.

Ainda não se verifica, nesses episódios, a predominância da diplomacia sobre a solução militar, mas já não se enxerga mais, pelo menos a grosso modo, o uso exclusivo dos argumentos que caracterizavam a atuação, por exemplo, de figuras como o francês Napoleão Bonaparte, para o qual canhões sobrelevavam e tornavam desnecessária a assinatura de tratados. Na ajuda conferida aos grupos rebeldes que desapearam o poder constituído na Líbia, registra-se de modo incontestável o quanto contemporaneamente se passou a exigir legitimidade em fóruns internacionais para que nações interfiram nos destinos umas das outras.

Tais considerações vêm a propósito de uma constatação simples. Em um mundo que gradativamente reduz a cinzas, pelo menos no campo econômico, as fronteiras que antes se mostravam rígidas entre os estados, constata-se que a busca por critérios que permitam a convivência pacífica entre eles cada vez se aproxima mais de equações e dúvidas que se resolvem sob parâmetros muito assemelhados àqueles por meio dos quais se busca a superação ou a prevenção de conflitos internos, os quais representam, em última análise, o objeto da presente monografia.

De fato, a grande questão enfrentada por seres humanos, limitados à mais remota aldeia ou inseridos em um mundo globalizado, cinge-se, em sua essência, a uma única, e não a duas, como se mencionou de início e como frequentemente o problema é exposto. Mesmo que na aparência existam dois paradigmas a enfrentar (a coesão interna de uma sociedade e o respeito que duas delas precisam manter entre si), a verdade é que o homem, ao longo dos

² Ferro, Marc. *História das Colonizações*. Tradução: Rosa Freire de Aguiar. 3ª ed., São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

tempos, vem buscando superar, em um caso e no outro, de distintas maneiras e em proporções díspares, no fundo o mesmo e persistente empecilho à sua aventura no planeta: como, e por que meios, é possível viabilizar a convivência entre os membros de sua própria espécie, cujas ambições individuais excedem de forma mais do que significativa as que caracterizam outras espécies submetidas a viver em grupo por força da luta pela sobrevivência.

A solução repetidamente invocada para superar esse verdadeiro paradoxo (a convivência pacífica de individualidades exacerbadas e com frequência conflitantes) é aquela mesma à qual Rousseau alude logo no primeiro parágrafo de seu volume clássico. A liberdade absoluta representa algo que simplesmente não existe. O homem, conquanto nasça “livre” (e mesmo essa presunção é discutível), passa o resto de seus dias “agrilhoados”, isto é, permanentemente submetido, de forma inescapável e alheia à sua vontade, aos ditames do corpo social em que está inserido³.

Esta monografia se dedica ao exame de aspectos, características e elementos que constituem essa circunstância ou dela decorrem. Busca-se, a partir da constatação desse ponto comum entre as sociedades humanas, por mais díspares que no mais se revelem entre si⁴, demonstrar que da premissa em questão desembocam inúmeras outras, cuja dissecação possui grande utilidade para a compreensão, entre outros mecanismos de propósito semelhante, do processo legislativo, a fórmula encontrada pelos estados contemporâneos para legitimar e impor justamente normas de convívio.

³ Rousseau, J. J. *O Contrato Social*. Tradução: Antonio de Pádua Danesi. 3ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 1996, p. 9.

⁴ Advirta-se, desde este momento, para uma peculiaridade que conduz este estudo. A análise nele desenvolvida intenta passar ao largo dos valores que marcaram períodos históricos e concepções sociais. De modo nenhum se podem contestar as profundas distinções entre o pensamento dos antigos e os processos de socialização contemporâneos, mas não reside nessa, nem em outras peculiaridades de comportamento, o objeto central desta monografia. Tem-se em vista, ao contrário, a identificação do que é comum a coletividades em linhas gerais bastante discrepantes entre si.

1 - A limitação da liberdade como instrumento de viabilização do convívio

Não importa se o foco for direcionado a uma comunidade de esquimós perdida nas geleiras da Groelândia ou a um condomínio luxuoso situado na Barra da Tijuca. Nos dois casos a anomia, isto é, a absoluta ausência de regras que limitem a ação dos que nesses espaços habitam, tornaria pouco viável, ou de imediato ou pelo menos a médio prazo, o convívio entre esses indivíduos.

Dessa fórmula básica, de aparência simples e evidente, mas que precisa ter seus meandros compreendidos com maior exatidão – objetivo, por sinal, da análise aqui promovida –, resulta a constatação que encerrou a introdução da monografia. O que se entende como norma de convívio, ostente que natureza ostentar (e adiante serão discriminadas suas espécies), possui uma tradução comum: trata-se sempre, sem exceção conhecida, de limitar a liberdade dos indivíduos.

Esse esforço conheceu, ao longo da civilização ocidental, proporções distintas. Na antiguidade clássica, os integrantes do meio social eram compelidos a agir exatamente como o meio social determinava que agissem. “O homem não escolhia suas crenças”, afirma Fustel de Coulanges sobre a realidade greco-romana; não lhe era facultado, portanto, “nem a liberdade da vida privada, nem a liberdade de educação, nem a liberdade religiosa”, conclui o autor, de forma ainda mais incisiva⁵.

Liberdade individual também não constituiu o mote principal do absolutismo. Para Maquiavel, o príncipe não deveria “importar-se com a má fama de cruel para manter seus súditos unidos e leais”. O filósofo florentino acreditava que o recurso a atitudes brutais evitaria “o prosseguimento de desordens causadoras de assassinatos ou roubos que atingem, geralmente, o conjunto dos cidadãos, enquanto que as execuções ordenadas pelo príncipe atingiriam um único indivíduo”⁶.

Thomas Hobbes descreve de outra forma a mesma prerrogativa. Atribui ao soberano “o direito de punir com castigos corporais ou pecuniários, ou com a ignomínia, a qualquer súdito, de acordo com a lei que previamente estabeleceu”. Ao soberano competiria “fazer tudo que considere necessário ser feito (...) para a manutenção da paz e da segurança, mediante a prevenção da discórdia no interior e da hostilidade vinda do exterior”⁷.

⁵ Coulanges, Fustel de. *A Cidade Antiga*. Tradução: Jonas Camargo Leite e Eduardo Fonseca. 12ª ed., São Paulo, Hemus, 1975, p. 184

⁶ Maquiavel, Nicolau. *O Príncipe*. Tradução: Edson Bini. 12ª ed., São Paulo, Hemus, 1996, p. 123.

⁷ Hobbes, Thomas. *Leviatã*. Tradução: Alex Marins. São Paulo, Martin Claret, 2002, p. 137.

A evolução dos costumes e a introdução do conceito de liberdade individual, decorrentes da passagem do capitalismo mercantil para o predomínio da indústria⁸, ampliou os limites de ação dos que foram alcançados pelo período, mas manteve a essência daqueles conceitos. “Deve-se ter em mente o que é a independência e o que é a liberdade”, diferencia Montesquieu em sua obra mais conhecida. Esse cuidado decorre da concepção, sustentada pelo pensador iluminista, de que a liberdade não constitui uma prerrogativa infinita, mas apenas “o direito de fazer tudo que as leis permitem”, conforme sentencia o barão em determinada passagem d’*O Espírito das Leis*⁹.

O fenômeno da vigilância coletiva sobre o comportamento dos indivíduos constitui o próprio pilar da ciência conhecida como sociologia. Émile Durkheim, frequentemente reconhecido como o fundador desse ramo do conhecimento, considerava que o objetivo de toda sociedade “é suprimir, ou pelo menos moderar a guerra entre os homens, subordinando a lei física do mais forte a uma mais alta”. Para o introdutor do conceito de papel social, a liberdade “é, ela própria, produto de uma regulamentação”¹⁰.

O direito penal representa, sem dúvida, a exacerbação dessa premissa. Zaffaroni se reporta com precisão a tal característica, ao ponderar, *verbis*:

A vigilância disciplinar, verticalizante e militarizada da sociedade opera de forma camuflada, impedindo que seja percebida em nível consciente, em toda a sua magnitude. Por isso, em nível consciente, as mesmas pessoas vulneráveis ao sistema penal (os setores carentes e os dissidentes incômodos), se por um lado não sentem temor diante do exercício de poder do sistema penal quando este aparece com sua máscara de repressão de “inimigo”, percebem como temível o exercício de poder dos órgãos do sistema penal controlando qualquer conduta realizada em lugar público ou privado (como abraçar outra pessoa, vestir-se de modo diferente, beber com amigos, caminhar na madrugada, passear com um cachorro, procurar um objeto sexual, recolher resíduos acumulados na via pública, sentar-se numa esquina ou num parque, usar cabelos compridos, raspar

⁸ Como decorrência imediata da necessidade de ampliação do mercado consumidor, asseverariam, com razão, analistas de índole marxista. Os que consideram a teoria do pensador alemão inteiramente superada por certo se contraporiam a essa constatação, mas nunca se devem subestimar alguns conceitos formulados pelo fundador do comunismo, por mais que fatos recentes confrontem grande parte de suas conclusões e de seu raciocínio. De fato, a liberdade de escolha surgida com o capitalismo industrial tornou possível não apenas o comparecimento do povo a encenações teatrais e ao exercício do voto para eleger seus representantes junto ao poder constituído; viabilizou, sobretudo, a atribuição do poder de compra a quem não o detinha.

⁹ Montesquieu, Charles de Secondat, Baron de. *O Espírito das Leis*. Tradução: Cristina Muracho. 2ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 1996, p. 166.

¹⁰ Durkheim, Émile. *Da divisão do trabalho social*. Tradução: Eduardo Brandão. 4ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 2010, pp. VII e VIII do “Prefácio à Segunda Edição”.

a cabeça, usar barba, fantasiar-se, tocar um instrumento musical ou cantar, expressar suas ideias ou discuti-las, peticionar à autoridade, etc.).¹¹

Como se vê, em distintos alcances e sob parâmetros que importam em maiores ou menores restrições, confluem os grupamentos sociais naquele aspecto a que de início se fez referência. Busca-se sempre limitar a liberdade, não importando, para os efeitos desta análise, que tal esforço atenda, por força das peculiaridades de cada meio social, a valores e a propósitos específicos para cada realidade envolvida.

¹¹ Zaffaroni, Eugenio Raúl. *Em Busca das Penas Perdidas*. Tradução: Vânia Romano Pedrosa e Amir Lopes Conceição. 2ª ed., Rio de Janeiro, Revan, 1996, pp. 24/25.

2 - Os mecanismos de produção de limites impostos à liberdade dos indivíduos como forma de viabilizar o convívio social

O prosseguimento deste estudo passa pela apresentação, ainda que sumária, de alguns elementos indispensáveis à sua compreensão. O primeiro deles diz respeito ao conceito e à abrangência das formas de restrição à liberdade dos indivíduos impostas pelo meio social. Sem que sejam assimiladas, não se poderá, como se pretende, exaurir as funções delas decorrentes.

Com esse intuito, pode-se afirmar que são quatro os fundamentos por meio dos quais as sociedades humanas impõem limites aos indivíduos que as compõem, número que corresponde a adicionar nova variável a concepções tradicionais, embora se reporte a fator já constatado na realidade fática há bastante tempo. De fato, se a imposição de normas de convívio se originava, segundo usualmente se aceitava, apenas dos conceitos de ética, moral e direito, não há mais como negar que a tais mecanismos se agrega, conforme se verifica de forma ainda mais veemente nas sociedades contemporâneas, ditames que não surgem de nenhuma daquelas fontes, provindo mera e simplesmente do conhecimento, além ou por vezes de forma contrária a valores sociais anteriormente estabelecidos.

No que diz respeito às fontes tradicionais de normas de convívio, cabe iniciar seu exame registrando que as distinções provenientes de diversos campos do conhecimento humano (entre eles a ciência jurídica, a ciência política, a sociologia e a filosofia) entre ética e moral não se mostram, no mais das vezes, satisfatórias. Para Adolfo Sánchez Vázquez, por exemplo, a moral representa um conjunto de preceitos ou dogmas resultantes de reflexões ante a realidade dos que a detêm. De modo distinto, a ética – que o autor classifica como ciência autônoma – consistiria no estudo dos juízos de valor que fundamentam aqueles preceitos, agregando-lhes um sentimento de justiça, quando se respaldam os parâmetros da moral, ou de injustiça, para repeli-los¹².

Sob esse ponto de vista, a ética se prestaria a uma abordagem mais detida dos valores morais. Os indivíduos, pelo simples fato de serem membros de uma comunidade, carregariam em si condicionantes de ordem *moral* quanto ao seu comportamento decorrentes de valorações por eles promovida ou neles incutida acerca da realidade que os cerca. Essa

¹² Vázquez, Adolfo Sánchez. *Ética*. 24ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

tendência natural adquire outra conotação quando, sob um exame a partir do prisma *ético*, aquelas condutas são constantemente reapreciadas a partir de valores mais contemporâneos.

A partir dessa diferenciação, pode-se invocar, a título de ilustração, o conceito que as sociedades modernas atribuem a comportamentos sexuais ainda tidos como de exceção. Não há quem possa, sem incidir em sofismas, negar que remanescem, na maioria das populações contemporâneas, a condenação de ordem *moral* sobre a opção de indivíduos atraídos pelo mesmo sexo. Tomando-se como válida a distinção antes aludida, a incidência de valores estudados pela ética sobre essa avaliação, onde tem sido promovida, vai mitigando o juízo antes arraigado, razão pela qual a tolerância sobre o comportamento daquele grupo cresce de modo inegável, não se pode contestar, pelo menos no âmbito da civilização ocidental.

A mesma prática continua, contudo, a merecer a mesma reprovação que antes lhe era voltada, ainda aqui se tomando como válida a referida distinção entre ética e moral, no que diz respeito a sociedades em que não se registrou aquela nova reflexão. Na Arábia Saudita, por exemplo, como (aceita, mais uma vez se frise, a aludida diferenciação de conceitos) ninguém se dedicou a filtrar, por meio da ética, a condenação moral do homossexualismo, aqueles que escolhem esse caminho continuam sujeitos inclusive a condenações de ordem penal.

Reputa-se frágil essa forma de discriminar os dois conceitos e talvez a visão despida de valores sociais aqui sugerida contribua para comprovar sua inadequação. Não é verdade, em um primeiro plano, que dogmas morais sejam criações individuais, que dependem apenas da reflexão de seres humanos como indivíduos, como parecem acreditar os que sustentam o ponto de vista antes exposto.

Como norma coletiva de conduta, a moral constitui, tanto quanto a ética e o direito, construção eminentemente social. Em algum momento da história daqueles que partilham determinada cultura o preceito moral se forma e a todos se torna imperativo, operação derivada, pelo que se imagina, da sintonia entre tais valores e o pensamento de ocasião predominante, não nos indivíduos, mas na comunidade a que eles pertencem. Quando esses valores evoluem, a moral gradativamente se transforma e é essa interação que melhor explica a delicada e complexa relação entre ética e moral.

Partindo desse pressuposto, aparentemente bem mais propício a expressar a realidade, as noções morais passariam, em qualquer cultura, permanentemente pelo crivo do meio social, para verificar se permanecem válidos os valores que as constituíram. Não se trata, assim, de um juízo de valor original construído a partir do pensamento formulado por

indivíduos isolados, mas da revisão coletiva de juízos já estabelecidos pela mesma comunidade, que de outra forma (se houver alteração) ou da mesma (na hipótese contrária) os enuncia.

Enquanto não se verificar transformação, ajustam-se moral e ética; no momento em que se registra uma colisão entre os valores que constituíram o dogma moral e uma revisão de sua validade pelo meio social de onde surgiram, até que a discrepância se ajuste, conflitam ética e moral. No mundo ocidental, os habitantes encontram-se próximos de excluir as restrições de ordem moral dirigidas ao comportamento dos homossexuais, porque é evidente a evolução dos valores sociais que antes condenavam tal forma de agir, mas nas civilizações árabes as convicções coletivas permanecem as mesmas e a noção de fundo eminentemente *moral* que condena práticas homoafetivas segue predominando sem nenhuma resistência relevante.

Como revisão incessante de preceitos morais, não é raro que a ética social também atue sobre outro campo aqui mencionado, induzindo a que sejam agregadas ao *direito* normas de convívio até então de teor exclusivamente moral. Nesse campo, ao contrário da reformulação a que antes se fez referência, a ética aprofunda a moral, ampliando seu caráter coercitivo, na medida em que adiciona ao campo jurídico, provido de instrumentos supostamente mais agudos de indução do comportamento, norma cuja transgressão suscitava punições de outra ordem. Por sinal, é justamente nessa perspectiva, a de que se dispõe de aparato repressivo especificamente voltado à sua implementação, conferindo-lhes em tese maior exigibilidade, que se podem distinguir normas de convívio inseridas no ordenamento jurídico daquelas que não merecem essa classificação.

O direito e o comportamento humano não sofrem, contudo, apenas a influência da moral e de sua força revisora, a ética. Também se submetem a um juízo de simples *utilidade social*, por força do último fator anteriormente referido, a permanente busca por conhecimento que caracteriza as civilizações contemporâneas. Miguel Reale, em suas conhecidas *Lições Preliminares de Direito*, descreve da seguinte forma tal fenômeno:

Começemos por observar que fora da Moral existe o “imoral”, mas existe também o que é apenas “amoral”, ou indiferente à Moral. Uma regra de trânsito, como, por exemplo, aquela que exige que os veículos obedeçam à mão direita, é uma norma jurídica. Se amanhã, o legislador, obedecendo a imperativos técnicos, optar pela mão esquerda, poderá essa decisão influir no campo moral? Evidentemente que não.¹³

¹³ Reale, Miguel. *Lições Preliminares de Direito*. 22ª ed., São Paulo, Saraiva, 1995, p. 42.

No exemplo citado pelo jurista, os órgãos de trânsito, a despeito da inexistência de condicionantes de ordem ética ou moral capazes de justificar tal atitude, punirão os que trafegarem em sentido contrário ao previsto na legislação. Quem viola essa imposição não está cometendo algo tido como “imoral” ou “antiético”; desobedece a uma simples convenção. Vê-se, assim, que injunções alheias àqueles campos se revelam capazes de justificar e impor condutas no meio social.

A influência do conhecimento não se verifica somente no campo jurídico e outro exemplo de grande relevância pode ser invocado em favor dessa tese. Abundam evidências de que em muitos países o ato de fumar sofre progressiva reprovação por parte do meio social e se torna, de forma cada vez mais inequívoca, um comportamento condenado por preceitos de ordem moral. Isso não decorreu, originalmente, como resultado de juízos de valor fundados em conceitos vagos como “bom ou mau”, “justo ou injusto”, mas de pesquisas que demonstraram forte correlação entre o referido hábito e a incidência de doenças fatais. O hábito em questão, apesar de ainda permitido no campo jurídico, é tido como inadequado até por muitos que o praticam e lentamente se vão construindo – em um processo ainda em andamento – conceitos morais e éticos destinados a coibi-lo.

Outra ponderação curiosa se poderia tecer a respeito. O autor desta monografia guarda manifesta e aberta ojeriza a inúmeras idiossincrasias do meio acadêmico, situando-se entre elas, sem dúvida, a imposição de padrões rígidos e inflexíveis na apresentação de trabalhos como este. Ainda assim, obedeceu às normas pertinentes, porque seu esforço de análise sequer seria apreciado na hipótese contrária, prova de que o conhecimento (do qual derivaram as normas da ABNT) se impõe *per si*, sem recorrer a conceitos éticos, morais ou jurídicos, já que ninguém poderia classificar a elaboração de um trabalho acadêmico sem respeito aos ditames para tanto previstos como transgressão de ordem ética, moral ou jurídica.

Na verdade, ética, moral, direito e conhecimento não são fontes que se possam acomodar em prateleiras distintas, cada qual com campo de atuação específico e estanque. Muito ao contrário, constituem fundamentos do comportamento social humano que se relacionam permanentemente, algumas vezes colidindo uns com os outros, outras invadindo campos comuns. O importante, para os fins desta análise, é que se aplicam a qualquer comunidade, ainda que a última componente se faça notar com mais veemência nas civilizações contemporâneas do que em períodos históricos anteriores¹⁴.

¹⁴ O autor da monografia recebe com muita cautela a exaltação que vulgarmente se faz da ciência moderna, considerando-a um marco sem paralelo na história de outros períodos das civilizações humanas. Na verdade, essa forte integração entre moral, ética, direito e conhecimento não é privilégio do mundo contemporâneo, embora nele se faça sentir com maior vigor. O sedentarismo, sem dúvida uma imposição social no meio em que

Em comum, além disso, esses mecanismos possuem a capacidade de estabelecer limites, traço distintivo capaz de transformar convicções coletivas em normas de convívio, de que se originou a iniciativa de levar a termo a presente monografia. Para que isso se demonstre, verifique-se o papel desempenhado por outras variáveis vinculadas ao comportamento humano, como a tradição, a religião, os costumes, as ambições e os sentimentos pessoais, para se comprovar que nelas não residem determinantes do comportamento em sociedade por si mesmas. Para extrapolarem o indivíduo sobre o qual incidem e influenciarem a esfera social, tais fatores terão de aderir a alguma das fontes às quais se teceu referência ou sofrer sua influência, requisito sem cujo cumprimento não adquirirão relevância nas relações entre os seres humanos em geral.

Volte-se ao exemplo já citado, de grande apelo em tempos recentes, para recordar que as religiões mais praticadas no mundo contemporâneo confrontam o homossexualismo. Entretanto, a condenação dessa prática por pessoas religiosas não provém diretamente do culto que professam, mas da capacidade de que este se reveste no sentido de produzir ou alterar preceitos morais, inculcando-os na mente dos indivíduos. A religião mais conservadora, ao condenar a atração entre pessoas do mesmo sexo, repassa a seus seguidores um ditame de ordem *moral* e é este, e não a fé religiosa em si mesma, que se revela apto a interferir na convivência entre os que praticam o homossexualismo e os que repelem essa conduta.

Em outros termos, ainda para manter fidelidade ao exemplo invocado, quem alardeia contrapor-se à união estável entre pessoas do mesmo sexo alegando atender convicções religiosas falta com a verdade, ainda que muitas vezes sequer tenha consciência dessa circunstância. O que se está disseminando, na verdade, são conceitos morais, de origem religiosa, mas que nesse âmbito não obrigam quem os detêm a agir contra terceiros, nem lhes concede a sensação de serem titulares de um juízo de valor também a eles aplicável.

O mesmo se diga sobre a obediência a tradições, que só ocorre por terem sido estas insculpidas nos valores morais de quem as respeita. De idêntica forma, um sentimento qualquer entre dois seres humanos, seja ele de amizade, de ódio, de desprezo ou de afeição, só se torna relevante para o meio social quando interfere em preceitos éticos, jurídicos ou morais. A cerimônia de casamento, com seus múltiplos ritos e sua inegável repercussão perante terceiros, denota bem essa transição.

surgiu, a partir de sua disseminação, decorreu da aquisição de conhecimentos sobre como cultivar a terra e o desenvolvimento de noções dessa natureza por certo passou muito ao largo da influência de preceitos morais ou éticos.

Questão que merece tratamento à parte é a influência dos interesses e ambições que ostentam sobre o comportamento dos indivíduos. Como se comprovará mais adiante, considera-se extremamente inverossímil a crença de que determinados grupos, por ocuparem posição dominante na hierarquia social, revestem-se da capacidade absoluta de manobrar apenas em seu favor normas de convívio que alcançam inúmeros outros destinatários. Trata-se de mero mito e se terá oportunidade de trazer elementos concretos para demonstrar essa assertiva no momento oportuno.

Por ora, cabe apenas destacar a certeza de que os mecanismos de produção de regras voltadas ao comportamento dos indivíduos em meios sociais passam, eles próprios, pela discussão de interesses. Normas dessa natureza, seja qual for a sua origem (ética, moral, jurídica ou meramente cognitiva), só permanecerão válidas enquanto houver confluência de interesses, porque insatisfações consistentes dos alcançados contra o teor das obrigações que lhes são impostas representam justamente a causa de sua alteração ou mesmo de seu desaparecimento.

O que se espera tenha sido deixado claro, acerca dos mecanismos de que se cuida, diz respeito ao fato de que nem direito, nem moral, nem ética e muito menos a aquisição de novos conhecimentos explicam e justificam isoladamente o comportamento humano. Todos esses sistemas de controle, ao cabo, apenas cerceiam o livre arbítrio dos indivíduos, mas nenhum deles o substitui completamente. Assim, a concepção que norteia esta análise, de acordo com a qual todo meio social influencia o comportamento humano não por condicioná-lo de forma absoluta, mas por limitar seu campo de ação, surge como um corolário de extrema validade para a correta compreensão dos complexos mecanismos que regulam a vida em sociedade.

Além disso, é relevante mais uma vez destacar que tudo que se expôs neste capítulo aproxima culturas bastante distintas e civilizações aparentemente sem nada em comum. Excluídos os valores, sempre específicos das épocas ou locais onde surgem e se implantam na *consciência coletiva* (conceito relevante, adiante desenvolvido), o que se constata é que os mecanismos aqui arrolados explicam com a mesma eficácia as relações sociais do Egito antigo e as que ainda hoje são travadas nos rincões do sertão brasileiro.

Essa confluência se verifica, sem dúvida, porque o nó górdio desses dois ambientes reside no mesmo ponto. Sertanejos que ajam como bem entendam, sem limites, inviabilizam o convívio social tanto quanto faraós do antigo Egito para os quais nenhuma norma de conduta merecesse respeito.

3 - Agentes cuja liberdade é limitada pelo meio social

Expostos os instrumentos por meio dos quais as sociedades antigas e modernas atuam ou atuaram sobre a liberdade de seus integrantes, restringindo-a em favor de sua própria sobrevivência, cabe tecer a necessária referência àqueles que se subordinam ao controle social. Trata-se de definir, em outros termos, quem seria alcançado pela coerção inerente à atuação da coletividade sobre os atores que a compõem.

Se nas sociedades mais primitivas não se encontra hesitação razoável acerca da concepção de que a coação exercida pela sociedade alvejasse exclusivamente seres humanos de carne e osso, a mesma conclusão deixa de ser válida a partir do advento do direito romano, no bojo do qual se criou o conceito de pessoa jurídica, de grande interesse para os fins desta monografia. Ficção legal, fundadas na associação de pessoas (*universitas personarum*) ou na combinação de bens voltados a finalidades específicas (*universitas rerum*)¹⁵, as pessoas jurídicas constituem uma variável de extrema relevância para os fins da presente análise.

Agentes de direitos e obrigações tanto quanto as pessoas físicas, as corporações e fundações precisam, em pé de igualdade com o indivíduos, ver sua liberdade de ação limitada por normas de convívio. As noções de ética, moral, direito e conhecimento alcançam, portanto, também essa espécie de agente, a elas impingindo restrições de comportamento, que lhes são direcionadas como se fossem destinadas a seres humanos.

É evidente que ao longo dos tempos e de acordo com a progressiva sofisticação dos ordenamentos jurídicos, a referida constatação passa por ampliações sucessivas. Hoje se reconhece com muito mais clareza do que no período feudal, por exemplo, a necessidade de submeter agregados de indivíduos a restrições parecidas com as que limitam a liberdade dos seres humanos isoladamente, mas em nenhum momento da história das civilizações ocidentais, originada, no fundo, a partir da construção do direito romano, tal perspectiva pôde ser reputada irrelevante.

Mesmo quando se tinha em vista apenas o controle de indivíduos havia que se diferenciar a *pessoa* física controlada, palpável e real, da *pessoa* fictícia controladora, conhecida, nas civilizações mais complexas, pelo epíteto de *estado*. Embora agisse sob o comando de pessoas tão de carne e osso quanto aquelas que sofriam o peso de sua atuação, as

¹⁵ Marky, Thomas. *Curso Elementar de Direito Romano*. 6ª ed., São Paulo, Saraiva, p. 38.

organizações estatais delas se distinguíam e não raro manifestavam vontade contrária ao pensamento de seus integrantes. O aparato público, entre os romanos, aplicava fórmulas prescritas para casos concretos invocando a legislação e não a vontade dos que o conduziam.

Assim, o teatro no qual atuam os mecanismos de controle identificados no tópico precedente suporta não apenas indivíduos, mas as associações entre eles, aí incluídos os agregados de associações, cuja concretude se faz igualmente presente. Em função dessa circunstância, os próprios sistemas voltados a colocar em prática a coerção social também serão, por sua vez, objeto de fiscalização, na medida em que se transformam em personagens da cena social em pé de igualdade com outros atores e a eles se atribuirão funções cujo exercício deverá se dar de acordo com parâmetros rigorosamente definidos.

A relevância dessa premissa se verifica quando se constata que a história humana é repleta de choques não apenas entre indivíduos, mas também entre coletividades, conforme se teceu referência na parte introdutória desta exposição. O reconhecimento formal da personalidade jurídica atribuída a associações de indivíduos ou a patrimônios por eles constituídos apenas reforça, sem criar tais conclusões. A família romana, por exemplo, mesmo não admitida pelo complexo sistema jurídico adotado naquela civilização como revestida de personalidade de natureza coletiva, própria e autônoma, na prática existia como tal, conforme se verifica na seguinte passagem do clássico assinado por Fustel de Coulanges:

A assembleia que deliberava sobre os interesses gerais da cidade compunha-se apenas, nos tempos antigos, de patres. (...) São ainda eles que constituem o elemento principal da assembleia, apenas com a diferença de que cada pater se apresenta ali rodeado de sua família; seus parentes e mesmo seus clientes formam seu cortejo e acentuam sua autoridade. Cada família tem direito nestes comícios apenas a um único voto. O chefe tomará conselho de seus parentes e até mesmo dos seus clientes, mas, claro está, só ele votará.¹⁶

Essa concepção da família romana demonstra, sem nenhuma dúvida, que os mecanismos de controle social arrolados no capítulo anterior operam não apenas na relação entre indivíduos, mas também na relação entre eles e coletividades, e entre coletividades distintas. Assim, o esforço de importo limites à liberdade dos membros de comunidades humanas, que constitui o objeto central da análise promovida por esta monografia, atua nesses três níveis, conclusão igualmente válida, em atendimento aos propósitos norteadores do presente estudo, para as mais distintas espécies de povos, civilizações, culturas ou países, na

¹⁶ Op. cit., p. 190.

medida em que preocupações da espécie revestem-se de relevância quaisquer que sejam os valores norteadores do convívio.

4 - Características dos limites impostos pelo meio social à liberdade de seus integrantes

Tal como nos capítulos precedentes, serão explorados, neste tópico, aspectos decorrentes da conclusão de que as sociedades coagem seus membros por meio da imposição de limites às suas condutas. Pretende-se desta vez enumerar atributos de validade universal aplicáveis a esses limites, novamente com o intuito de compreender melhor o processo de formulação e imposição de normas de convívio.

Para facilitar a exposição do tema, abrem-se, a seguir, itens específicos para cada uma dessas características. A exceção, nesse aspecto, é aplicada à universalidade e à heterogeneidade dos limites impostos pelo meio social aos seres humanos e às coletividades que integram. É que essas características compreendem aspectos intrinsecamente relacionados e não poderiam, por sua própria natureza, merecer abordagem em segmentos distintos.

4.1 A questão da legitimidade dos limites impostos ao comportamento em sociedade

O primeiro traço que se vislumbra como válido, relativo aos limites impostos por coletividades humanas a seus integrantes, diz respeito à percepção de *legitimidade* com que esses limites necessitam ser compreendidos por seus destinatários. Sem que sejam percebidos dessa maneira, isto é, sem que haja o devido respaldo ao seu conteúdo, os limites impostos ao comportamento produzidos no meio social tornam-se incapazes de promover as restrições a que se destinam¹⁷.

Aqui se tem em vista, cabe esclarecer, não o modo pelo qual os limites de conduta são construídos, assunto adiante abordado, mas o grau de sua aceitação pelos que serão obrigados a cumpri-los. Sob esse ponto de vista, tanto faz que o surgimento do preceito de ordem ética, moral, jurídica ou derivada do conhecimento se tenha dado pela atuação de representantes eleitos ou como decorrência de privilégios vinculados à hereditariedade dos quais resulte a capacidade de transmiti-los sem confrontação. Essa outra variável, como depende de cada realidade social, não se ajusta, em decorrência, aos propósitos do presente estudo, como oportunamente se registrará.

Por outro lado, a aceitação da autoridade baseada exclusivamente no temor da repressão se diferencia da crença efetiva no poderio e na validade dos limites impostos ao

¹⁷ A necessidade de aceitação pelos destinatários de limites impostos pela coletividade é abordada por Max Weber, segundo o qual “toda ação, especialmente a ação social e, por sua vez, particularmente a relação social podem ser orientadas, pelo lado dos participantes, pela representação da existência de uma ordem legítima” (*Economia e Sociedade*. Tradução: Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 3ª ed., Brasília, UnB, v. 1, p. 19).

comportamento, sendo essa outra premissa, e não a primeira, a verdadeira explicação para que os limites produzam efeitos, ainda que de forma eventualmente transitória e sujeita a evoluções, sobre os agentes que interagem no meio social. Para que a assertiva seja assimilada, procedendo-se de acordo com a linha mestra que se adota nesta monografia, direcionada ao intuito de comprovar a validade universal de cada atributo aqui abordado, passa-se a demonstrar que o pressuposto em questão se confirma pela leitura de autores cujas abordagens se reportam a realidades profundamente distintas.

De início, recorde-se que, em mais de uma passagem de sua alentada descrição da realidade greco-romana, Fustel de Coulanges reputa um “grave erro atribuir-se à força” a efetividade do sistema jurídico adotado pelas civilizações a que sua obra se reporta. De acordo com o historiador francês, mesmo “a autoridade paterna, ou marital, longe de ter sido causa primeira, foi, ela mesma, efeito; originou-se da religião e por esta foi estabelecida”¹⁸. Assim, a crença na validade das imposições sociais se registra não pelo uso da força física, mas pela aceitação do fundamento religioso de que se revestem.

Da mesma forma, no período histórico subsequente, o feudal, constata-se, no rito que unia senhores e vassalos, uma demonstração inequívoca da aceitação de ambos os grupos no que diz respeito ao complexo e rigoroso conjunto de limites à liberdade que os preceitos morais e éticos então lhes impunham. A fórmula conhecida por “homenagem” (em que o vassalo atribuía ao senhor a condição de “seu homem”), o juramento de fidelidade que aquele proferia a este, o *osculum* (beijo) com que se marcava esse vínculo e o rito da investidura, destinado a sacramentar de forma definitiva e duradoura a relação entre pessoas teoricamente dominadoras e outras supostamente dominadas, constituíam, na verdade, para Hilário Franco Jr., um pacto marcado pela reciprocidade, em que os interesses dos partícipes se viam igualmente contemplados¹⁹. Comprova-se, assim, o reconhecimento, pelos alcançados, da legitimidade dos limites comportamentais a eles impostos.

Filósofo que retrata o período histórico europeu imediatamente posterior, Maquiavel, em seus saborosos conselhos dirigidos aos monarcas absolutistas, deixa transparecer em inúmeras passagens o quanto considerava relevante que a autoridade dos soberanos a quem dirigia seu satírico receituário fosse reconhecida pelos súditos. Em trecho de sua mais famosa obra, afirma que “um príncipe deve dar pouca importância a conspirações quando conta com a simpatia do povo, porém, quando este lhe é hostil e o odeia, deve temer a

¹⁸ Op. cit., p. 34

¹⁹ Franco Júnior, Hilário. *O Feudalismo*. 1ª ed., 15ª reimpressão, São Paulo, 1997, p. 45.

tudo e a todos”²⁰. Na linguagem sarcástica do pensador napolitano, isso corresponde a afirmar que o reinado do monarca só se viabiliza quando seus comandos são aceitos pelos que se sujeitarão aos seus desígnios.

Ao enumerar “os direitos dos soberanos por instituição”, Hobbes corrobora o atributo de que se cuida, quando sustenta a obrigação dos súditos de respaldar os comandos proferidos por quem os governa. Para esse teórico do absolutismo, “aqueles que estão submetidos a um monarca não podem sem licença deste renunciar à monarquia, voltando à confusão de uma multidão desunida”²¹.

Jean Jacques Rousseau, ainda na linha da sequência histórica proposta, isto é, retratando o período histórico seguinte, pondera que a “força não faz o direito”, pois “só se é obrigado a obedecer aos poderes legítimos”²². Como em última análise *O Contrato Social* se dedica à descrição de valores sociais em expressiva ascensão quando da revolução francesa e notavelmente contrários aos do período precedente, pode-se afirmar que mesmo as acentuadas alterações promovidas na transição entre o mercantilismo e a primeira revolução industrial deixaram incólume a característica de que se cuida.

Não se poderia atingir conclusão distinta, porque somente faz sentido cuidar de limitações ao comportamento humano enquanto essas restrições forem seguidas pelos seres humanos envolvidos e para isso é necessário que nelas se reconheça a capacidade de produzirem efeitos. Não se leia nessa assertiva, contudo, a ilação de que inexitem controvérsias nas relações sociais, tendo em vista o fato de que limites de comportamento são majoritariamente respeitados pelos envolvidos. Essa tolerância é sempre transitória e sujeita a uma tensão permanente, conforme se verificará pelo exame das duas características adiante examinadas, que ou ocasionam ou resultam de conflitos.

Com efeito, o atributo seguinte relacionado aos limites impostos pelo meio social à conduta dos indivíduos que o compõem já traz expressivas notícias acerca dessa perspectiva, porque diz respeito ao alcance necessariamente *universal e heterogêneo* desses limites. Em outros termos, como ainda não se teve registro de sociedade humana caracterizada pela absoluta igualdade entre seus integrantes, a limitação do comportamento individual sujeita-se a variações em nível proporcional às discrepâncias que caracterizarem o meio sobre o qual incida e é evidente que dessa premissa surgem e gradativamente se aprofundam distúrbios e conflitos. Ao contrário do que se imagina, nenhum indivíduo, em qualquer

²⁰ Op. cit., p. 135.

²¹ Op. cit., p. 134.

²² Op. cit., p. 13.

período histórico, aí incluídos os monarcas do período absolutista, conseguiu ver-se livre das restrições impostas pela sociedade à sua liberdade, as quais, contudo, sempre alcançam seus destinatários de maneira distinta, conforme a posição que ocupam. Verifique-se, portanto, para uma melhor compreensão do tema, o que a respeito se afirma no tópico seguinte.

4.2 A universalidade e a heterogeneidade dos limites impostos ao comportamento em sociedade

Na antiguidade clássica, a divisão da sociedade em castas deixava especialmente indelével a constatação de que os limites determinados pelo meio social alcançam seus integrantes de forma abrangente, mas necessariamente distinta, conforme o alvo que visam. O grau de escolhas concedido aos indivíduos, sempre ínfimo, reduzia-se ainda mais à medida que se decrescia na hierarquia social. Para os escravos, reservava-se a submissão mais pronunciada, que os seguia inclusive quando tinham sua “liberdade”²³ admitida, conforme se lê no seguinte parágrafo d’*A Cidade Antiga*:

O seu senhor podia fazê-lo sair da baixa servidão e tratá-lo como homem livre. Mas o servo por esse motivo não abandonava a família. Como estava vinculado a ela pelo culto, não podia, sem impiedade, separar-se da família. Sob o nome de liberto ou de cliente, o servo continuava a reconhecer a autoridade do chefe ou patrono, e as suas obrigações para com o senhor nunca cessavam. O servo não podia casar sem a autorização do senhor, e os filhos nascidos do seu casamento deviam obediência ao mesmo senhor.²⁴

Promovido à condição de “cliente”, pela “libertação” concedida, não evoluía muito a situação do antigo servo. A submissão direta se amenizava, mas de forma alguma se extinguia. Coulanges recorda que a condição de cliente constitui “vínculo sagrado formado pela religião, nada havendo que possa rompê-lo”. De acordo com o historiador, quem se torna cliente de uma família “nunca mais pode dissociar-se dela”²⁵.

Ainda pior era a situação de outro grupo social, o dos *plebeus*, à qual Fustel de Coulanges atribui a origem da degradação a que se submeteu o império romano. Excluídos da religião romana, para eles “não havia lei nem justiça”, nem lhes eram concedidos direitos

²³ A grafia desse termo entre aspas mais do que se justifica. Ampliar a “liberdade”, aqui como em outras passagens desta monografia, não significa, de acordo com a ótica norteadora do estudo, mais do que um simples afrouxamento de limites. A crescente liberalização de costumes promovida em países ocidentais a partir da última guerra mundial não acarreta, no fundo, em uma concessão de “liberdade”, como tal e propriamente dita, mas na redução gradativa (jamais total) das restrições sociais ao seu exercício.

²⁴ Op. cit., p. 90.

²⁵ Op. cit., p. 91.

políticos. Não adquiriam a condição de cidadãos, nem mesmo tiveram, durante muito tempo, a própria vida protegida, porque se previa na antiguidade clássica, antes da evolução dos costumes, “o direito de ferir ou matar um plebeu”, informa o historiador em certa passagem de sua exposição das instituições greco-romanas²⁶.

Essas severas restrições não significam, contudo, que ao *pater familias* só se reservavam direitos e nenhuma obrigação lhes era impingida. Verifique-se, em sentido absolutamente contrário, mais este excerto d’*A Cidade Antiga*, cujo início, por sinal, reforça a ideia de que o emprego da força física não constitui o principal meio de preservação da coesão social:

Devemos notar, também, que a autoridade paterna nunca foi de poder arbitrário, como o derivado do mais forte. Tinha sua origem nas crenças arraigadas no íntimo das almas, e encontrou seus limites dentro dessas mesmas crenças. Por exemplo, o pai tinha direito de excluir o filho da família, mas sabia muito bem que, se o fizesse, a família corria o risco de extinguir-se e os manes de seus antepassados poderiam cair no eterno esquecimento. Tinha o direito de adotar um estranho, mas a religião proibia-lhe de o fazer quando tivesse um filho. Era o único proprietário dos bens, mas não tinha, pelo menos na origem, o direito de aliená-los. Podia repudiar a mulher, mas, para fazê-lo, era necessário que ousasse quebrar o vínculo religioso estabelecido no casamento. Deste modo, a religião impunha tantas obrigações como direitos²⁷.

No Capítulo XVIII do Livro Terceiro de seu estudo, Coulanges torna ainda mais nítida essa abrangência universal das normas de convívio. Reporta-se à onipotência do Estado no período clássico e recorda que em muitas cidades gregas o celibato era proibido; Esparta, segundo afirma, “punia não só quem não casasse como quem só tardiamente o fizesse”. O historiador também destaca que “o Estado exercia sua tirania até sobre as mais pequeninas coisas”, citando o controle exercido sobre o consumo de bebidas, vestuário, penteado e até sobre o uso de barba ou bigode²⁸.

Quanto ao período feudal, já se teve oportunidade de mencionar que os ritos destinados a selar a união entre senhores e vassalos tinham como propósito a criação de obrigações recíprocas, o que equivale a dizer que se submetiam ao controle social tanto os que se situavam em estrato social supostamente “dominante” (os senhores feudais) quanto aqueles que a eles se subordinavam (os vassalos). Hilário Franco Jr. ressalta que a senhores e vassalos

²⁶ Op. cit., p. 194.

²⁷ Op. cit., p. 74.

²⁸ Op. cit., pp. 182/183.

eram impostos limites tanto em relação ao que não poderiam fazer (prejudicarem-se mutuamente) quanto no que diz respeito a atitudes que deveriam levar a cabo.

Aos vassalos se impunham os deveres do *auxilium* e do *consilium*²⁹. Aos senhores feudais se determinava que protegessem e sustentassem seus vassalos, o que resultava na obrigação de alojá-los e de alimentá-los nos domínios do castelo senhorial ou ceder-lhes um feudo para viabilizar sua subsistência³⁰.

Sobre o período absolutista conclusões semelhantes podem ser extraídas. As ilações, feitas por muitos teóricos daquele sistema político, de que os monarcas desse período constituem indivíduos acima da lei e da ordem, sem nenhuma obrigação social a cumprir, afastam-se profundamente da realidade.

É mais uma vez na linguagem satírica de Maquiavel que se vê o quanto não era simples a vida daqueles soberanos. O príncipe, afirma o filósofo florentino, “deve parecer clemente, leal, humano, íntegro, religioso” e ao mesmo tempo precisa saber abrir mão dessas características, quando, “visando conservar seu Estado”, a realidade o anime “a agir contra a lealdade, contra a caridade, contra a humanidade, contra a religião”. É a famosa passagem onde se afirma que os “fins justificam os meios”, mas também em que se atribuem aos reis absolutistas obrigações praticamente sobre-humanas³¹.

Os principais ideólogos da conformação social que viria a nortear o período histórico seguinte, Montesquieu e Rousseau, habilitam-se de igual forma à comprovação de que se aplicam a sociedades distintas a universalidade e a heterogeneidade que caracterizam os limites impostos pelo meio social. Quanto ao primeiro, já se teve oportunidade de explicitar, em outra passagem desta exposição, a forma como sustentava que a promoção de restrições à liberdade alheia, sem exceção no que diz respeito aos destinatários da medida, constitui a única maneira de assegurar o exercício da própria liberdade. Acrescente-se a isso a sua conhecida teoria da tripartição de poderes e se verifica que também em um regime político oposto ao absolutismo monárquico, do qual Montesquieu foi um dos principais articuladores, prerrogativas diferenciadas se aplicam a situações individuais igualmente díspares³².

²⁹ O *auxilium* implicava na disponibilidade para o serviço militar e na obrigação de financiar inúmeras despesas em benefício do senhor feudal. O *consilium* outorgava aos vassalos o dever de aconselhar os senhores aos quais se vinculavam e opinar, de forma geral, em assuntos que os envolviam, inclusive mediante a participação em tribunais presididos por aqueles.

³⁰ Op. cit., p. 47.

³¹ Op. cit., pp. 130/131.

³² Op. cit. p. 168. Os poderes de julgar, legislar e executar leis impõem limites e obrigações necessariamente distintos aos que os exercem. Não apenas isso, mas também o fato de que uns julgam e outros são julgados; uns

No que diz respeito a Rousseau, a ideia da universalidade é inerente à sua concepção de contrato social. Criam-se obrigações recíprocas aplicáveis a todos os signatários desse pacto fictício, qualquer que seja o posto que ocupem na pirâmide social. É significativa a passagem d’*O Contrato Social* onde se afirma que “é inútil e contraditória a convenção que estipula, de um lado, uma autoridade absoluta, e, de outro, uma obediência sem limite”. Ao mesmo tempo em que essa passagem reconhece a existência de deveres e direitos tanto para quem detém autoridade como para quem a obedece, admite, pela duplicidade de papéis, a falta de uniformidade entre as prerrogativas e obrigações atribuídas às duas partes.

Nesse ponto, a discussão do tema parece ter amadurecido suficientemente para permitir que pela primeira vez se invoquem aspectos da realidade atual, como forma de reforçar as conclusões aqui extraídas. A constituição brasileira, ao determinar que “todos são iguais perante a lei”, não pretende afirmar que a lei é uma só para todos, porque a própria Carta Política institui inúmeras situações diferenciadas; o que se tem em vista é assegurar o alcance universal do ordenamento jurídico, ao qual todos, ainda que em graus distintos, conforme o objeto da norma, deverão ser submetidos.

Diga-se que não apenas o direito, mas também os demais mecanismos de imposição de normas de convívio apresentam as características de que se cuida. O sentido de moral abrange qualquer integrante de uma determinada comunidade, mas atua de forma distinta de acordo com o segmento onde se insere. É evidente que os conceitos morais de prostitutas e frades capuchinhos não convergem em todos os seus aspectos, mas é igualmente válida a conclusão de que valores morais coíbem e limitam a ação de ambos os grupos, ainda que a partir de vetores bastante distintos.

A noção de “ética profissional”, cada vez mais estudada e disseminada, que assume valores e obrigações específicos para cada profissão em que se situa, atribui também à ética a característica de se aplicar de forma ao mesmo tempo universal e heterogênea, na medida em que todas as profissões apresentarão sistemas éticos e eles serão distintos entre si. Aliás, a vinculação entre atividade econômica e a constituição de um sistema ético a ela correspondente constitui o objeto de conhecido estudo de Max Weber, que aborda justamente

legislam e outros cumprem a legislação; uns pagam tributos e outros comandam o uso dos respectivos recursos. A desigualdade entre os integrantes de uma mesma sociedade, que também se comprova na propriedade dos meios de produção e na alienação da mão de obra, em muitos aspectos, ao invés de se ver superada, sofre sensível aprofundamento no período histórico posterior à revolução industrial.

as ligações entre certos comportamentos sociais decorrentes do protestantismo e determinadas alterações introduzidas no sistema capitalista³³.

Não é outro o resultado de normas de convívio decorrentes do conhecimento que se adquire, porque é comum resultar desse mecanismo justamente a identificação de peculiaridades a serem analisadas, respeitadas ou cumpridas. A ciência médica com bastante constância identifica e elucida as marcantes diferenças entre o perfil físico de trabalhadores dos sexos masculino e feminino. O resultado em muitos casos são recomendações especificamente direcionadas a cada grupo, as quais, inseridas ou não na legislação trabalhista, tenderão a ser cumpridas.

Ainda é relevante ponderar que as distinções de tratamento quanto à imposição de limites à ação de indivíduos estende-se às restrições que o meio social impõe às coletividades por eles integradas. Os diversos dispositivos da legislação econômica brasileira onde se busca diferenciar a grande empresa do micro, pequeno e médio empreendimentos exemplificam de forma eficiente a validade dessa perspectiva. A guerra fratricida que vem sendo travada entre os estados membros da federação brasileira em torno da repartição dos recursos provenientes da exploração do petróleo em águas marinhas profundas representa outra demonstração inequívoca dessa mesma perspectiva.

Antes de se avançar na presente análise, passando-se a examinar outras características comuns relacionadas à construção de limites de comportamento em sociedades distintas, cabe voltar a enfatizar que a aplicação necessariamente *heterogênea* dessas restrições sociais – por força das desigualdades que de uma forma ou outra em todas as sociedades se fazem presentes – constitui fonte permanente de tensões. Afirmou-se, quando se tratou da legitimidade dos limites de que se cuida, a necessidade de se diferenciar a obediência muitas vezes precária a seus termos da acomodação pacífica e permanente aos respectivos comandos, e a razão para o alerta decorre justamente desse aspecto.

De fato, os integrantes de qualquer meio social, se de forma majoritária respeitam os limites impostos pelo meio social, ao mesmo tempo com frequência se revelam inconformados com esses parâmetros, notadamente quando deles se extraem discrepâncias em seu alcance, peculiaridade que sempre causa a sensação de injustiça e de desproporção nos que se veem menos aquinhoados. Assim, existirão, paralelamente à aceitação predominante dos comandos sociais e ao seu cumprimento nesse nível – isto é, “predominante” e não absoluto –, tanto movimentos, ainda que localizados, voltados a romper os limites de

³³ Weber, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. Tradução: José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

comportamento deles decorrentes quanto outros voltados a alterá-los. Das decorrências dessas duas perspectivas tratam os tópicos seguintes.

4.3 A vinculação entre limites de conduta e instrumentos repressivos

Em outra passagem da presente digressão, asseverou-se que o dilema básico dos seres humanos e de suas instituições de natureza coletiva reside na necessidade de se preservar a coexistência de individualidades sempre superlativas. Não existe cultura ou povo, na história da humanidade, que se possa orgulhar de ter visto florescerem em seu seio unicamente indivíduos altruístas; muito ao contrário, o que se presenciou, desde a simbólica disputa bíblica entre Caim e Abel, com predomínio, diga-se, do irmão mais ambicioso e de comportamento mais irrequieto, foi uma sucessão interminável de conflitos, decorrentes da permanente superposição de interesses colidentes e muitas vezes incompatíveis.

Na história da civilização ocidental, a fonte primária de limitação formal da liberdade alheia em prol da preservação de direitos solidamente estabelecidos por outros indivíduos já servia como indicativo das dificuldades que nesse campo se enfrentariam. De fato, antes de se fixarem em um determinado território e determinarem de forma inexorável seu destino, é possível que os homens europeus primitivos já sofressem o peso de muitos atritos, mas nenhum se revelou tão determinante quanto o embate entre os que assumiram e cultivaram a propriedade do solo e os que se viram excluídos dessa novidade a um só tempo auspiciosa e causadora de atritos.

Para viabilizar a exclusividade no cultivo da terra, o proprietário se viu forçado a impedir, pelo próprio sentido dos aspectos envolvidos (exclusividade e propriedade se relacionam intimamente), que seus semelhantes tivessem acesso à mesma prerrogativa. Coulanges e outros autores reputam o respeito de outros indivíduos a esse direito – por certo de difícil explicação – ao fundamento religioso de que para ele o instituto se revestia. Seja esse ou não o motivo, o fato é que o direito de propriedade nasce associado a outro instrumento curioso, a *cerca*, prova de que desde o início deveria e precisaria haver um sistema repressivo para garantir seu exercício.

Apesar disso, as reflexões que vêm sendo produzidas a respeito gradativamente afastam da coerção e dos instrumentos punitivos a ela vinculados a capacidade absoluta antes atribuída a esses mecanismos no sentido de viabilizar o efetivo cumprimento de normas de convívio. Na linha da obra pioneira de Cesare Becarria, *Dos delitos e das penas*, surgiram volumes igualmente relevantes, alguns de memória especial no direito penal, como o já mencionado *Em busca das penas perdidas*, de Eugenio Raúl Zaffaroni, e *Vigiar e punir*, de

Michel Foucault, todos convergindo para uma crítica sólida à efetiva vinculação absoluta entre a presença e a força de sistemas repressivos e a obtenção de coesão social.

Beccaria se reporta ao fenômeno do direito de punir com muita precisão, ao assinalar que “a moral política não pode proporcionar à sociedade nenhuma vantagem durável, se não for assentada sobre sentimentos indeléveis do coração do homem”³⁴. Essa assertiva põe em relevo a verdadeira essência das normas de convívio: não serão aparatos punitivos que assegurarão seu cumprimento, mas a compatibilidade entre seu conteúdo e as convicções da maioria dos atores sociais.

Trata-se, ademais, de uma equação lógica muito simples. A pena só fará sentido se for aplicada a uma minoria dos integrantes de um dado meio social, uma vez que, na hipótese contrária, isso significa que os limites foram mal estabelecidos.

Com efeito, se um limite imposto pela sociedade é descumprido pela maioria de seus destinatários, não há razão lógica para que seja mantido, visto que não está impedindo quem quer que seja de agir como age. A punição se dirige sempre, pois, para a exceção e não para a regra, o que por si só corresponde a afirmar a possibilidade de existir outro fundamento no respeito e na efetividade de limites de comportamento traçados pelo meio social³⁵.

O debate revela aspectos sobremaneira relevantes, porque é bem possível que entre cinquenta hipotéticos leitores deste texto apenas um ou dois, se tanto, sejam capazes de admitir, de forma sincera, que cumprem preceitos sociais por força do temor a punições. Não obstante, a sanção continua vinculada de forma infalível ao descumprimento de obrigações impostas pela coletividade e não se vislumbra, ao menos a curto prazo, perspectiva de alteração nessa realidade.

A única evolução que curiosamente se registra, em relação a esse aspecto, é que se vão produzindo limites à prerrogativa de punir o rompimento de limites, pelo menos no que diz respeito à faceta repressiva das sociedades modernas mais protuberante, o direito penal. As chamadas penas alternativas, o caráter supostamente “socioeducativo” que se pretende atribuir ao sistema prisional em certas nações de ponta e a disseminação do instituto

³⁴ Beccaria, Cesare. *Dos delitos e das penas*. Tradução: Néelson Jahr Garcia. E-book de responsabilidade de Ridendo Castigat Mores, 2001, p. 25.

³⁵ Como em outras passagens deste estudo, advirta-se para a necessidade de relativizar tal ponderação. A eficácia da pena, como meio de garantir o cumprimento de preceito social, não pode ser desmentida em algumas circunstâncias específicas, para os quais se teria, contudo, de tecer um exame mais criterioso, que excede o escopo da presente análise. Exemplo disso se verifica na forma de respeito da maioria dos motoristas a limites de velocidade controlados por equipamentos eletrônicos. É frequente o registro de que na área alcançada pelo instrumento ocorram reduções de velocidade, antecedidas e seguidas por transgressões ao limite estabelecido. Nesse contexto, é a existência da pena que conduz, de fato, ao respeito da regra, mas com campo de sucesso inegavelmente restrito, visto que a velocidade máxima terá sido ultrapassada em espaço físico muito maior do que aquele em que o parâmetro imposto foi obedecido.

conhecido como “devido processo legal” são exemplos claros desse fenômeno, mas em todos se preserva o atrelamento de punições como forma de supostamente prevenir o rompimento de limites por integrantes do meio social.

A vinculação entre transgressão e castigo tem alvejado com mais ênfase grupos menos abastados das sociedades atuais, mas curiosamente não surgiu com tal vetor. Para demonstrar o que se afirma invoque-se trecho d’*A Cidade Antiga* em que se denota com muita nitidez essa perspectiva. Trata-se de uma passagem da obra em que o autor se reporta à força da crença religiosa nos primórdios da antiguidade clássica e tece referência a relato de Xenofonte acerca de um episódio no curso do qual a população ateniense se revoltou contra seus generais.

Segundo a referida fonte histórica grega, em determinada ocasião os comandantes militares de Atenas, depois de vencerem uma batalha naval, teriam negligenciado a recuperação dos corpos dos soldados mortos em combate. Preferiram, como descreve Coulanges, não desafiar a tempestade “pela vã formalidade de recolher e enterrar os seus mortos”, por acreditarem, sendo “discípulos dos filósofos”, que “ao cadáver tanto importaria decompor-se na terra como na água”.

Os parentes dos mortos, contudo, acusaram os generais de impiedade e levaram-nos a julgamento, do qual resultou a aplicação de pena capital. Na narrativa de Xenofonte, identificam-se esses parentes como membros da plebe, como se viu no tópico anterior a camada da população situada no ponto mais baixo da rígida pirâmide social que caracterizou a antiguidade clássica. Ainda assim, a ofensa ao paradigma moral de fonte religiosa – a obrigação de enterrar e cultuar os mortos – levou-os a obter pena capital contra membros da elite social ateniense³⁶, demonstrando-se que a existência de discrepâncias entre indivíduos daquela coletividade não se vinculava a graus distintos na aplicação de punições.

Na Idade Média europeia, passou a ser atribuída aos senhores feudais parcela do poder de castigar até então praticado pelo estado romano. Segundo Hilário Franco Jr., constituíram-se, no início do século XI, os *senhorios banais*, de acordo com os quais os senhores feudais poderiam comandar, tributar, julgar e punir os habitantes de seu feudo³⁷. Vê-se, pelo último verbo, que a vinculação entre conduta transgressora e sanção sobrevivera à extinção do império romano.

³⁶ Op. cit., p. 14. Sobre a universalidade do alcance dos sistemas punitivos, é possível traçar paralelos bastante razoáveis com as características descritas no item em que se cuidou da universalidade e da heterogeneidade dos limites impostos pelo meio social. A faculdade de punir, como se viu decorrência daqueles limites, atende, nos dias atuais, a essas duas características.

³⁷ Op. cit., p. 41.

De outra parte, o relevante papel social desempenhado pela Igreja Católica durante a era medieval permite a conclusão de que também os senhores feudais se sujeitavam ao controle de suas ações e aos castigos decorrentes de eventuais violações. Para exemplificar, o dogma da “paz de Deus”, instituído pelo clero para coibir o belicismo dos senhores feudais, descrito por Hilário Franco Jr., expunha os transgressores à pena de excomunhão, sanção tida como extremamente grave³⁸.

As menções aqui feitas às principais cartilhas do absolutismo já deixaram claro que a passagem do período feudal para o capitalismo mercantilista não impôs obstáculo à continuidade do sistema que vincula a violação de limites impostos pela sociedade à aplicação de sanções, na medida em que se imputava ao monarca poder de vida e morte sobre seus súditos. Mas pelo menos o ideólogo para quem “os fins justificavam os meios” não deixa de expressar a possibilidade de serem punidos também os príncipes, caso não cumprissem suas obrigações. A sanção revestia-se da forma mais grave possível, isto é, caracterizava-se pela perda do potentado, dedicando-se a essa hipótese um dos últimos capítulos do “opúsculo” (como o próprio autor o apelidava) de Maquiavel³⁹.

A centralização extremada do poder político no período absolutista, em que se buscou eximir o soberano do alcance da lei e da ordem, sob o argumento de que não faria sentido impor aos monarcas o respeito a limites cujo cumprimento lhes cabia exigir do restante da sociedade, não traz embaraços, ao contrário do que se possa imaginar, às conclusões aqui sugeridas. Durante os séculos em que perdurou o centralismo monárquico na realidade europeia, a punição reservada aos reis, pelo descumprimento dos rigorosos preceitos de comportamento a eles impostos, consistiu na perda do poder de que se revestiam, conforme, a contrário senso, pode-se concluir de anotações produzidas por Hobbes “sobre as coisas que enfraquecem ou levam à dissolução de um Estado”, entre as quais consta menção à hipótese de submissão do soberano, condenada pelo pensador, “às leis civis”⁴⁰.

O radicalismo da doutrina absolutista, que levou à inserção, no *Leviatã*, de menções expressas à suposta exclusão do monarca quanto ao cumprimento de suas próprias leis, deve ser visto, sob essa ótica, com extrema reserva. Demonstrou-se no item anterior que também no período absolutista se impunham aos monarcas pesadas regras de conduta, ainda que distintas daquelas por eles dirigidas aos seus súditos. Sob essa perspectiva, e partindo-se do pressuposto, aqui já comprovado, de que ainda não se registram experiências históricas de

³⁸ Op. cit., p. 57.

³⁹ Op. cit., pp. 166/168.

⁴⁰ Op. cit., pp. 234/244.

normas de convívio ditadas pela ética, pela moral e pelo direito sem que se vincule sua violação a castigos sociais, explicam-se tanto a tomada da Bastilha quanto a revolução gloriosa, ocorridas na transição do mercantilismo para o capitalismo industrial, isto é, no período que levou à agonia e à dissolução o absolutismo monárquico.

Em outros termos, o que se sustenta, com base em parte dos fatores que conduziram à própria degeneração do sistema absolutista, é que a pretensa concessão do poder de agir sem limites deferida aos monarcas daquele período merece mesmo o adjetivo empregado para qualificá-lo, porque se tratou, de fato, de mera pretensão. Hobbes, ao afirmar que o soberano pairava acima da ordem por ele mesmo instituída, escapando de qualquer controle, contrapunha-se a uma imposição da realidade, porque é óbvio que os príncipes do estado mercantilista se sujeitavam ao juízo de valor da população sujeita a seu domínio, não sendo outra a razão pela qual uma famosa rainha perdeu a própria cabeça apenas por distraidamente recomendar a seus conterrâneos famintos que substituíssem pães aos quais não tinham acesso por brioches igualmente incompatíveis com sua condição⁴¹.

O rompimento dessa inegável contradição representou, em última análise, o elemento ideológico propulsor da superação do absolutismo e da predominância do constitucionalismo contemporâneo, de forma que não se enxerga necessidade de invocar mais uma vez as ponderações de Montesquieu e Rousseau a respeito como meio de comprovar o que se afirma, mas cabe, a despeito disso, tecer algumas observações sobre a realidade social resultante da transformação a que se alude. Traga-se a discussão para período extremamente recente e se poderá, caso não se teça uma reflexão mais aprofundada a respeito, enxergar na realidade atual aspectos que contradizem o que tem sido afirmado pela mídia acerca da possibilidade de impor sanções ao descumprimento de limites impostos pelo meio social brasileiro.

Faz-se referência a pelo menos dois episódios de memória ainda muito fresca, em que se verificam inegáveis dificuldades no esforço de aplicar sanções a condutas notoriamente transgressoras de limites impostos pela legislação do país. Trata-se do episódio conhecido pela alcunha de “mensalão”, no qual os envolvidos ainda esperam um julgamento de prognósticos bastante duvidosos, e dos embaraços sofridos pela lei apelidada de “ficha limpa”, cuja efetiva aplicação tem sido cerceada por decisões judiciais.

⁴¹ É importante assinalar que o que passa despercebido no *Leviatã* merece registro preciso na análise mais arguta de Maquiavel. O que o pensador florentino percebeu, e que Thomas Hobbes ignorou, deixando de considerar uma variável extremamente relevante, é que os príncipes de fato não se submetiam aos limites de comportamento aos quais sujeitavam seus súditos, mas lhes era forçoso cumprir os limites de comportamento,

Deve-se evitar a tentação, contudo, de extrair dessas duas circunstâncias um contraponto de ordem fática à necessária vinculação entre a sanção do meio social e a incidência de práticas por ele coibidas. Em primeiro lugar, porque não se trata, nas duas situações, da inexistência desse vínculo, mas de dificuldades à sua efetiva aplicação; depois, porque se tem em vista, ao se mencionar os dois temas, aspectos restritos das realidades ali envolvidas, que não condizem com a visão mais abrangente aqui sugerida.

Esta digressão, de fato, trata de sanções e castigos mais abrangentes do que os circunscritos ao campo jurídico. Vista a questão sob essa ótica, é óbvio que tanto os personagens do malfadado “mensalão” quanto os políticos que a duras penas vêm conseguindo escapar das consequências formais de seus atos em juízo, adiando a aplicação de restrições legais às suas carreiras políticas, já sofreram severa condenação do meio social.

Conquanto alguns desses indivíduos tenham conseguido inclusive recondução a postos eletivos, não há dúvida de que a todos eles se aplicou no mínimo uma expressiva redução do prestígio político de que desfrutavam. Mesmo que logrem êxito no esforço de escapar das justiças penal e eleitoral, restaram bastante reduzidas as proporções por meio das quais influenciavam o palco decisório do país, não se podendo afirmar, pois, pela ótica aqui sugerida, que tenham saído do processo incólumes.

Pode parecer pouco para satisfazer a ânsia de retaliação que se verifica a respeito em diversas parcelas do meio social, mas não há dúvida de que a simples exposição do caso à opinião pública causa constrangimentos de toda sorte aos envolvidos. Essa circunstância não se confunde com impunidade e não pode, por si só, ser invocada em desfavor das conclusões aqui extraídas.

Além desse aspecto, deve-se tomar em conta outro, ao qual anteriormente se fez menção e que suscitou a introdução do tópico subsequente no presente ensaio. Já se aludiu ao fato de que a aplicação de sanções não é e nem tem condições de ser o melhor meio de superar o dilema decorrente da árdua convivência entre a imposição de limites e a inevitável propensão de alguns de seus destinatários ao respectivo rompimento. O dinamismo desses limites, característica que também lhes é inerente, tal como sua vinculação a sanções, constitui uma resposta bem mais efetiva para o mesmo problema, conforme se poderá examinar no tópico seguinte.

Antes de se passar àquela etapa, convém aludir, por serem relevantes, a alguns aspectos decorrentes da vinculação necessária entre o rompimento de limites e a aplicação de

distintos daqueles, mas igualmente emanados de circunstâncias e ditames geradas pelo meio social, que os vinculavam à sua própria condição, sob pena de perdê-la.

sanções. Cuida-se do fato de que esse atributo justifica a existência de outro, para o qual, por seu caráter meramente derivado, não se introduz tópico específico neste tópico: a fiscalização contínua que o meio social exerce sobre seus integrantes.

De fato, para que sanções sejam aplicadas, é sempre pouco provável esperar que os próprios transgressores tragam notícias a respeito. Assim, em todo grupamento social humano, por mais simples seja, criam-se mecanismos de repressão, com a finalidade justamente de detectar, apurar ou prevenir condutas tendentes a romper os limites impostos aos seus integrantes.

Tais instrumentos se multiplicam e disseminam na mesma proporção da complexidade da sociedade onde atuam⁴² e enfrentam dilema parecido com aqueles aos quais já se fez alusão, inerentes à função que exercem. Não lhes competindo assegurar o cumprimento do preceito social, mas apenas viabilizar a punição dos que o violam, não é da atividade desses segmentos que se deve esperar uma sociedade disciplinada, em que todos os membros atuam de forma estritamente obediente aos ditames dela mesmo emanados.

Efetivamente, será o aparato repressivo estatal tão ineficiente, no que diz respeito ao cumprimento desse propósito, quanto as penas a que se vincula. O fato concreto, a respeito, repousa em que a existência de um sistema punitivo e a presença do aparato repressor a ele relacionado não impedem que determinados indivíduos descumpram limites estabelecidos para seu comportamento. A consequência direta dessa premissa constitui o objeto central do tópico subsequente.

4.4 A natureza dinâmica dos limites impostos pelo meio social

Reputa-se válida a assertiva de que a principal motivação do presente estudo situa-se na tentativa de demonstrar a existência de aspectos e características capazes de aproximar estruturas sociais distintas. Ao longo da exposição, vem sendo proposta uma abordagem da qual se espera venha a possibilitar a comprovação da tese de que às ciências sociais se aplicam postulados semelhantes aos construídos em outros campos do conhecimento, na medida em que se revelem aptos a explicar o fenômeno de que cuidam sem prejuízo da existência de especificidades na realidade à qual pertencem.

⁴² Na realidade brasileira contemporânea, em que com tanta frequência se verifica uma sensação de ineficácia do sistema repressivo, conta-se com número particularmente amplo de instrumentos voltados a essa finalidade. De fato, desempenham função da espécie o Ministério Público, os ramificados aparatos policiais, as unidades de fiscalização administrativa, os tribunais de contas, o sistema penitenciário, um rebuscado e abrangente conjunto de normas penais e até mesmo, em circunstâncias específicas, operações levadas a efeito por guarnições das forças armadas.

Significativamente, a introdução do presente item desta monografia pode e deve ser feita por meio de um pertinente paralelo com uma das mais conhecidas leis da física. Trata-se da certeza, descoberta pelo gênio de Isaac Newton, de que todo corpo tende a permanecer em inércia, isto é, não se modifica seu estado sem que se produza uma força em sentido contrário. Essa premissa bem se aplica à perspectiva de que os limites de conduta estabelecidos por normas de convívio encontram-se permanentemente sujeitos à revisão de seu alcance, conforme se constata nas seguintes ponderações de Émile Durkheim:

De fato, uma mudança de existência, seja brusca ou preparada, sempre constitui uma crise dolorosa, porque viola instintos adquiridos que resistem. Todo o passado nos retém para trás, mesmo que as mais belas perspectivas nos atraiam para a frente. É uma operação sempre laboriosa, a de desarraigar hábitos que o tempo fixou e organizou em nós.⁴³

Tais ponderações iniciais vêm a propósito de se enfatizar a extrema complexidade do tema que se passa a enfrentar. A dinâmica das sociedades é uma constatação inegável, mas seus efeitos nem sempre se produzem na mesma geração em que as condicionantes das alterações de padrão se originaram.

O aprimorado ensaio produzido por Fustel de Coulanges sobre as instituições sociais do período clássico dedica-se em grande parcela à descrição de ritos e preceitos cuja aplicação inalterada atravessou séculos de história. Apenas no segundo capítulo do penúltimo título de sua obra se lê uma ponderação que causa inegável alívio aos que consultam seu ensaio, até então angustiados pela força quase absoluta que se atribui às instituições sociais greco-romanas: “nenhuma das formas sociais imaginadas e instituídas pelo homem é imutável”⁴⁴.

Refere-se o historiador, naquele capítulo, à já aqui referida situação social extremamente desvantajosa dos plebeus durante a antiguidade clássica, enxergando nessa variável o motor básico das profundas modificações verificadas na realidade greco-romana até a completa ruína do Império Romano. Se a explicação é ou não válida, importa pouco para os fins desta análise, para a qual sobreleva assinalar que tradições de extrema compulsoriedade, reproduzidas ao longo de períodos históricos significativos e com marcante corte religioso, sofreram o efeito da observação contida na citação anteriormente promovida: de fato,

⁴³ Op. cit., p. 233.

⁴⁴ Op. cit., p. 195.

nenhuma realidade social resiste incólume à ação das forças conflitantes que inevitavelmente sobre ela exercem pesada influência.

Da mesma forma que no período clássico, o tecido social que marcou a era feudal, conturbado pela constante disseminação de conflitos bélicos de toda sorte (cuja proliferação levou ao instituto da “paz social” antes referido), não invalida essa tese. “Mal estava completada sua estruturação”, afirma Hilário Franco Jr. sobre aquela quadra histórica, “o Feudalismo já começava a sofrer transformações”. Também aqui se enxerga relevância menor na identificação dessas alterações concretas do que no fato em si, pois é interessante assinalar a existência de um extremo dinamismo na estrutura orgânica do período medieval, muitas vezes caracterizada como detentora de uma rigidez sem precedentes na história humana.

Frutos de modificações sociais ainda mais pronunciadas, nem o período absolutista e muito menos o capitalismo industrial contrariam a perspectiva de que se cuida. Mas nunca se pode ou se deve perder de vista a advertência proveniente da aplicação da inércia às convicções sociais. Se as mudanças a que antes se teceram referências se viram promovidas em período histórico equivalente a centenas de anos, não menos tortuosa foi, na experiência brasileira, a abolição da escravatura.

É mais do que conhecida a extrema lentidão do regime imperial para agir a respeito. Impulsionado por acontecimento externo de insuspeita relevância (a guerra da secessão americana), o movimento abolicionista brasileiro já havia adquirido grande força propulsora no final da década de 60 do século XIX e não há dúvida de que nesse período a condenação a essa forma de exploração do trabalho humano já se encontrava sujeita a significativa reprovação social, mas essa circunstância não impediu a sobrevivência, ainda por longo período, da mão de obra escrava. Prova disso se localiza na aprovação da chamada “Lei do Ventre Livre”, curiosíssima demonstração do grau de dificuldade imposto a uma mudança social cujo conteúdo, de resto, pareceria tão óbvio.

Sobre esse intrigante diploma legislativo, transcrevem-se as seguintes ponderações de Jacob Gerender:

O objetivo estratégico consistiu na máxima sobrevivência possível do regime de trabalho escravo. Embora pareça paradoxal, esse objetivo requeria uma concessão gravíssima, porém inevitável nas circunstâncias nacionais e internacionais da época: a de aceitar a não-perpetuidade da escravidão, a de reconhecê-la como regime transitório, uma vez que se estancava a única fonte de subsistência de sua renovação – o nascimento de

filhos de mulheres escravas. Mas o término concreto do escravismo se postergava para data indeterminada.⁴⁵

Seriam necessários mais dezessete anos e a dissolução de um regime político, a monarquia constitucional, para que a “data indeterminada” a que se refere o historiador se visse concretizada. Demonstra-se, destarte, que não há, nas mudanças sociais, uma única que se dê sem grande controvérsia e sem a exigência de intervalos de tempo inevitavelmente pronunciados.

Não obstante, há que se registrar que essa característica – a maleabilidade dos limites impostos pela sociedade – funciona muito melhor como explicação para a viabilidade desses limites como meio de regulamentar a vida em sociedade do que o atrelamento quase irracional entre seu estabelecimento e um aparato repressivo exacerbado.

Assim, as sociedades humanas serão tão ou mais estáveis não de acordo com a eficácia do sistema punitivo de que se revistam, como se acredita, mas conforme sua capacidade de discutir e adotar alterações nos limites que impõem ao exercício da liberdade por parte de seus integrantes. Nem sempre se encontram soluções de mesmo sentido, registre-se, porque se tratará, em alguns casos, de eliminar restrições e em outros de aumentá-las.

Aqui se fez referência, e cabe de novo invocar o exemplo, por sua feição didática, à crescente reprovação dirigida não apenas pelo estado, mas pela própria sociedade, ao hábito de fumar. Praticar esse funesto vício é um exercício de “liberdade” que se vê cada vez mais condenado, prova de que a evolução social tanto pode resultar no alargamento das opções de conduta quanto no resultado contrário.

Em todo esse contexto, verifica-se que o processo legislativo, parcela ínfima do amplo teatro onde mudanças são debatidas pela sociedade, constitui, de fato, um elemento de extrema validade. As sociedades que o adotam e o praticam com a devida abrangência são, sem dúvida, as que se revelam mais permeáveis a evoluções e avanços, ainda que não se possa evitar a atuação, nesse campo, de forças poderosas com pretensões em sentido oposto, conforme se constata, para citar um exemplo ainda no forno, nas discussões que envolvem o novo código florestal brasileiro.

De todo modo, se alterações nos limites sociais ocorrem e ocorrerão, não há como evitá-las, é preciso advertir para decorrências da última característica comum a esses limites, alcançada pelo tópico imediatamente posterior desta análise. Por mais que se tenha a tentação de atribuir a autoria e a propriedade de normas de conduta a grupos sociais economicamente

⁴⁵ Gerender, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo, Ática, 1991, p. 151.

preponderantes, é conveniente assinalar que essa correlação não explica de forma adequada a realidade.

Assim, quando se trata de negociações políticas acerca de alterações nos caminhos institucionais que pautam qualquer sociedade, sempre cabe recordar que as noções de “autoria” ou “direcionamento” comumente vinculadas a limites impostos pela coletividade precisam ser levadas em conta com absoluto cuidado. Demonstrar essa assertiva constitui a preocupação que norteou a elaboração do item seguinte desta análise.

4.5 Os limites de comportamento impostos pelo meio social como resultado da confluência de interesses e o conceito de consciência coletiva

Como se afirmou reiteradas vezes ao longo desta exposição, em nenhum período histórico ou civilização a humanidade se pautou pela obtenção de igualdade entre os integrantes dos inúmeros grupamentos sociais que teve a oportunidade de constituir. Essa característica gera consequências aqui já largamente analisadas e vem provocando também, sob o peso de inúmeras análises, conclusões que não se mostram cientificamente demonstráveis.

A mais relevante delas repousa na tendência, encontrada principalmente em autores de tendência marxista, no sentido de enxergar nas normas de convívio o pasto tranquilo onde repousa a perpetuação do controle de dominadores sobre dominados. Nessa abordagem, qualquer sistema ético, moral ou jurídico teria como único propósito a legitimação de privilégios e a vedação do acesso a avanços por parte de segmentos sociais desfavorecidos.

Conquanto não se possa duvidar da conclusão de que o peso dos distintos segmentos sobre a produção de normas de convívio de fato não se apresenta de forma linear, não é menos verdadeira a assertiva de que a isso não corresponde a possibilidade de completa manipulação dessa atividade por parte de grupos isolados em detrimento dos demais. Já se pôde constatar, pelo exame de manifestações atinentes a períodos históricos expressivamente distintos, que a coerção e a força não se mostram capazes, por si só, de compeliem comportamentos. Viu-se que a atribuição majoritária de *legitimidade* a limites impostos pelo meio social corresponde, na verdade, a uma explicação bem mais consistente para o fenômeno.

Deve-se fazer coro, nesse aspecto, a uma arguta ponderação de J.J. Rosseau em sua obra capital, segundo a qual a aplicação estritamente coercitiva de normas de conduta geraria a anomia, pois, “tão logo seja a força que gera o direito, o efeito muda com a causa” e

“como o mais forte tem sempre razão”, bastaria “agir de modo a ser o mais forte”, ilação que de modo algum explica a forma como majoritariamente os homens se submetem ao controle social. Assim, cumprem-se limites não porque sejam impostos, mas porque se compreende que devem ser respeitados e essa sensação não se produziria caso os agentes sociais percebessem em seu teor uma permanente conspiração de determinados indivíduos em seu próprio favor e em detrimento dos demais envolvidos.

Sentimento dessa espécie pode até prevalecer em circunstâncias específicas, mas, se isso se der, ocorrerá em algum momento, ainda que mais ou menos tardio, a ruptura do sistema estabelecido e a criação – necessariamente coletiva – de outro para substituí-lo. A leitura do que se expôs no tópico precedente conduz a uma compreensão mais exata desse fenômeno e permite a assimilação de que haverá, cedo ou tarde, a acomodação da instituição de limites aos interesses dos que sofrem sua incidência, podendo-se afirmar, destarte, que, ainda que sob o peso de um processo tortuoso e lento, ocorrerá inexoravelmente a sintonia entre os valores de uma comunidade e o conteúdo de suas normas de convívio, a despeito da possibilidade circunstancial de discrepância entre uma variável e outra até que esse processo se veja concluído.

No extremo, o que em última análise se afirma diz respeito ao fato de que, mesmo sendo um determinado conjunto de preceitos miseravelmente mais favorável a determinados grupos que a outros, o fato de que é necessária a predominância de forças dinâmicas para que os desfavorecidos deixem de submeter-se a essas regras, cumprindo-as até então, atesta que pelo menos provisoriamente a maioria necessariamente estará de acordo com seu teor. As situações de disparidade ocorridas em períodos nos quais valores alterados estão promovendo modificações correspondentes na estrutura social podem ser reputadas, sob esse ponto de vista, também como uma criação coletiva.

A lenta transição brasileira da escravatura para a universalização do trabalho livre, utilizada como exemplo no tópico precedente, constitui prova, e não contradição, dessa premissa. Se os interesses envolvidos se concilhassem em ritmo mais acelerado, seria assim que a mudança ocorreria; a longa trajetória entre a abolição do tráfico negreiro e a assinatura da lei áurea deu-se não por acaso, mas porque esse era o ritmo socialmente prescrito. Prevaleceu a escravatura enquanto não se formou convicção predominante em sentido contrário.

Transcreve-se aqui, mais uma vez em socorro do que se afirma, significativa passagem do estudo subscrito por Fustel de Coulanges, que bem pode ser estendido ao

relacionamento entre os congressistas brasileiros e seus eleitores, tão dados à propensão de se sentirem iludidos:

Tem-se dito que a religião dos romanos era uma religião para política. Mas podemos supor que um senado de trezentos membros, um corpo de três mil patrícios, tenha combinado tão bem e com tanta unanimidade, para enganarem o povo ignorante? E isto durante séculos, sem que, entre tantas rivalidades, lutas e ódios pessoais, uma só voz se erguesse, para dizer-lhes: É mentira! Se um patrício, traindo os segredos de sua casta, se dirigisse aos plebeus, que suportavam impacientes o jugo dessa religião e, de repente, os desembaraçasse e livrasse de auspícios e sacerdotes, esse homem conquistaria imediatamente tal crédito que logo se tornaria senhor absoluto do Estado. Poderá pensar-se que, se os patrícios não tivessem acreditado na religião que praticavam, essa tentação não seria bastante forte para levar, pelo menos, um de entre eles, a revelar o segredo? Engana-se muito, quanto à natureza humana, quem supuser que uma religião possa estabelecer-se por convenção e manter-se pela impostura.⁴⁶

Em termos bem sucintos, conclusões semelhantes se aplicam às experiências históricas que sucederam o período clássico no continente europeu. Se um arqueólogo descobrir, nas escavações de um castelo feudal em ruínas, os originais de um volume qualquer que identifique os autores da rigorosa fórmula conhecida como “homenagem”, há de ficar imediatamente milionário e assegurar o recebimento do Prêmio Nobel de forma pacífica a pelo menos cinco gerações de seus descendentes, porque o que se sabe a respeito é que pronunciamentos idênticos foram repetidos durante séculos sem que a ninguém se pudesse imputar o mérito de os ter redigido.

Até mesmo o período histórico que melhor serviria para uma possível confrontação à consistência do que se afirma representa, na verdade, a mais dramática comprovação de seus termos. Com efeito, a conclusão aqui defendida não se abala nem mesmo quando, na sua veemente defesa do regime absolutista, Thomas Hobbes assevera, em determinada passagem, que a validade da lei depende do conhecimento, pelos destinatários, da pessoa que a edita. “Não há lei quando o legislador não pode ser conhecido”, afirma o resumo da passagem do *Leviatã* onde se discorre acerca do processo legislativo⁴⁷.

É necessário que reflitam melhor, contudo, os que se apressarem a enxergar nesse postulado uma exceção ao que se afirma. O próprio autor do *Leviatã* se contradiz, quando dá espaço, em seu autoritário regime jurídico, ao que denomina de “lei natural”, não redigida

⁴⁶ Op. cit., p. 177.

⁴⁷ Op. cit., p. 196.

pelos soberanos, mas por eles admitida. É estranha, assim, a “autoria” de algo que se redigiu não por ação, mas por tolerância ao que a sociedade pretenderia ver erigido.

De outra parte, o filósofo também se rende ao fato de que a lei escrita proferida pelos soberanos será sempre submetida a interpretações provenientes dos que a aplicam. Por maior que seja o esforço de ubiquidade dos monarcas absolutistas, não haveria nenhuma possibilidade razoável de que a partir daí o processo deixasse de fugir, como na prática fugia, ao seu controle, conforme se lê na seguinte passagem do *Leviatã*, em que se vê o quanto corria permanentemente o risco de se ver dissolvido o exercício de um poder pretensamente tão impositivo:

Se por letra se entender o sentido literal, nesse caso não pode haver distinção entre a letra e a sentença ou intenção da lei. O sentido literal é aquele em que o legislador pretendia que pela letra da lei fosse significado. Supõe-se que a intenção do legislador seja sempre a equidade, já que seria um contrassenso um juiz pensar de maneira diferente do soberano. O juiz deve, caso a palavra da lei não autorize plenamente uma sentença razoável, supri-la com a lei natural ou então, se o caso for difícil, suspender o julgamento até receber mais ampla autoridade.⁴⁸

A conclusão mais verdadeira não reside, pois, na existência de uma figura com poderes quase divinos, o soberano, capaz de editar leis aplicáveis universalmente sem contestação possível. A própria prerrogativa de se atribuir com suposta “exclusividade” o poder legislativo a monarcas absolutista representava, por si só, uma construção coletiva, porque tão logo essa sistemática deixou de ser compatível com os interesses sociais predominantes viu-se dramaticamente abolida, por movimentos marcados pela violência, é certo, mas cujo sucesso efetivo não se consolidaria sem que estivesse assentado em convicções suficientemente implantadas nos que conduziram as revoluções resultantes dessa profunda mudança de perspectiva⁴⁹.

⁴⁸ Op. cit., p. 207.

⁴⁹ De resto, a atuação de qualquer tirano, por mais sanguinário que sejam seus métodos, não pode e não deve explicar a sobrevivência do regime político por ele instituído. O terror implantado por Stalin não impediu a extinção do “socialismo real”. Inúmeras ditaduras islâmicas sofrem, nos últimos tempos, um processo de corrosão inexorável movido contra seus líderes. As torturas, assassinatos e barbáries cometidas no curso dos golpes militares perpetrados no final do século passado tanto no Brasil quanto na Argentina não se prestaram a garantir a sobrevivência dos respectivos regimes. Obteve-se esse resultado, a preservação da situação política, enquanto a resistência foi menor do que a subserviência aos critérios impostos. Assim, pode-se concluir que mesmo algo que soe como mera e ignóbil usurpação de poder (como a promovida pelo ditador venezuelano Hugo Chávez) somente se viabiliza enquanto conquistar, em alguma medida, o apoio da maioria dos indivíduos, prova de que não se devem confundir legitimidade e processo decisório, critérios “justos” e predominância de determinado conjunto de direitos e obrigações imputados aos indivíduos.

Assim, no período histórico posterior, que desaguaria no sistema político sob o qual atualmente a esmagadora maioria dos povos ocidentais convive, não se veria exatamente uma novidade no estabelecimento de normas de convívio, ao se reconhecer, especificamente no campo do direito, a necessidade de assegurar a legitimidade dos limites estabelecidos pelo meio social atribuindo-se sua configuração a órgãos de natureza coletiva. De forma consciente ou não, por meio de sistemas institucionalizados ou intuitivos, a verdade é que nunca se experimentou a implantação e a aplicação de normas de convívio senão por meio do convencimento, pelo menos transitoriamente, de algo tão indefinível quanto concreto, ao qual aqui se atribui, na falta de nomenclatura melhor, a denominação de “consciência coletiva”.

Na alentada discussão promovida pelos iluministas, um conceito muito parecido com essa perspectiva foi veementemente defendido por J.J. Rousseau e mereceu, posteriormente, contestações as mais distintas. Trata-se da controvertida noção de “vontade geral”, que constitui a base de sua teoria e que o autor d’*O Contrato Social* chega a qualificar como indestrutível.

“Numa legislação perfeita”, assevera Rousseau, “a vontade particular ou individual deve ser nula, a vontade de corpo própria do governo muito subordinada e, em consequência, a vontade geral ou soberana sempre dominante, única regra de todas as outras”⁵⁰. Na permanente revisão que sofrem os postulados de Rousseau, a validade dessa assertiva com frequência se vê confrontada, no mais das vezes por ser tida como utópica, impossível de ser mensurada ou simplesmente inatingível.

Acredita-se que grande parte das críticas dirigidas à obra de Rousseau decorre da falta de compreensão dos propósitos e da essência de seu mais importante estudo. *O Contrato Social* reveste-se de um intuito inegavelmente panfletário e não poderia possuir outra conotação, dado o conturbado período histórico em que o volume se situa.

Assim, certamente se encontram na obra elementos próprios do que se conhece por ideologia, no sentido mais marxista do termo, isto é, o de se buscar a distorção da realidade em favor da demonstração de determinadas teses consideradas úteis ou positivas. Os conceitos de resto meramente abstratos de “contrato social” e “vontade geral” se inserem nesse contexto, mas apesar disso se produz, a respeito, uma inadequada conotação concreta e efetiva, como se fosse necessário localizar um documento escrito – onde o tal contrato teria suas cláusulas transcritas – ou anotações taquigráficas da população integralmente reunida, para se comprovar a existência de valores predominantes em determinada sociedade.

⁵⁰ Op. cit., p. 78.

Eliminadas essas “comprovações” materiais, de resto absolutamente desprovidas de sentido, pode-se assentir, ainda que com todas as restrições possíveis, que o iluminista francês intuiu, na verdade, dois elementos que de fato explicam o funcionamento dos organismos sociais de que se teve notícia, muito embora Rousseau pretendesse (e é aí que se situa o seu sentido de ideologia) que essas condicionantes obedecessem exclusivamente a interesses específicos. Se compreendidas as ilações aqui desenvolvidas, talvez se permita uma leitura mais consistente das conclusões de Rousseau, porque se buscou demonstrar, em última análise, a existência efetiva de “contratos sociais” capazes de explicarem a união dos homens em sociedade, mas as cláusulas desse “contrato”, ao mesmo tempo em que jamais se verão reduzidas a termo, conterão profundas e significativas alterações de conteúdo não só entre sociedades distintas, mas nas próprias sociedades que os erigiram, por força da mutação permanente a que são submetidas.

Da mesma forma, o conceito de “vontade geral”, conquanto de certa maneira de fato exista, merece mesmo a mudança de nomenclatura aqui sugerida. “Consciência” constitui um termo mais adequado do que “vontade”, na medida em que se consolida, de forma que não se pode dissociar de seu conteúdo, a partir do resultado de permanentes discussões e conflitos, porque não há quem não se confronte de forma constante com suas próprias convicções⁵¹. O adjetivo “coletiva”, por seu lado, é bem mais pertinente do que “geral”, porque não é raro que a “vontade” de minorias se submeta, sem ter seu conteúdo alterado, à de majorias e que estas últimas trabalhem, constantemente, com a hipótese de se transformarem naquelas, na medida em que a dinâmica social venha a influenciar o processo de delimitação de limites, instrumento básico, conforme se comprovou, da produção de normas de convívio.

Todas essas ponderações vêm ao encontro de conclusões habitualmente não muito exploradas, mas que se considera pertinente sejam produzidas. Assiste-se com frequência, no âmbito do próprio Poder Legislativo, a queixas de que atribuições a ele conferidas de forma “exclusiva” estariam sendo usurpadas por outros compartimentos do poder político. Essa

⁵¹ A expressão se refere a um conjunto de valores que o meio social introduz no psiquismo dos indivíduos de forma alheia a seus próprios impulsos e não a um ou outro juízo de valor específico. Quando se diz, por exemplo, que é necessário “conscientizar” populações que vivem de forma voluntária sob o amparo de programas assistencialistas, advertindo-os sobre o fato de que essa situação cria uma dependência inconveniente, o termo não está sendo utilizado com a denotação aqui empregada. Os beneficiários do programa conhecido como “bolsa família”, para ilustrar o que se afirma, possuem uma “consciência” no sentido aqui empregado, mas ela não os inibe de acessar o programa em questão e auferir os respectivos benefícios. É, pois, uma “consciência” distinta da que se verifica nos que querem “conscientizá-los” a esse respeito, mas não uma ausência de “consciência” propriamente dita. Na acepção aqui empregada, como de resto nas demais anotações constantes do presente estudo, “consciências” sofrerão, inevitavelmente, os efeitos dos valores predominantes no meio social em que são construídas. Os que se dedicam a “libertar” populações que vivem sob a dependência de programas assistencialistas não querem, desta forma, “conscientizá-los”; lutam para alterar a “consciência” a que hoje o comportamento dessa clientela se vincula.

ilação só é válida se o processo legislativo for compreendido, de forma incorreta, apenas em seu sentido formal e estrito, isto é, o da edição de normas constitucionais, leis e outros instrumentos de caráter impositivo.

Reexaminada a questão, e abordada de forma mais abrangente, como a aqui sugerida, ver-se-á que a questão é ociosa, porque na verdade a existência de um conjunto de dispositivos escritos que atribuam caráter “privativo” às funções de um órgão integrado ao processo de produzir limites à atuação de indivíduos não se contraporá jamais à realidade, na qual diversos atores, de forma simultânea, contribuirão para esse objetivo. Valores éticos e morais, conhecimentos produzidos, interesses que entram em conflito antes mesmo de serem submetidos a representantes eleitos, interpretações judiciais ou administrativas, práticas sociais e inúmeros outros fatores contribuem para a conclusão de que o processo legislativo até passa por órgãos dele incumbidos, mas ali não se esgota, nem pode, sob pena de se perder de vista sua essência, a eles permanecer circunscrito.

Nada disso contribui, é bom que se advirta, para que se possa extrair destas anotações a defesa do sistema aqui descrito, como absolutamente “justo” ou “infalível”. Para voltar a exemplos aqui já referidos, pode-se ter a perspectiva de atingir outros resultados, e aos interessados – entre eles o autor desta monografia – recomenda-se que continuem empenhados em produzi-los, mas não parece razoável, em favor dessa pretensão, alterar a realidade hoje instituída, acreditando-se que os réus do mensalão serão punidos exemplarmente ou será de imediato cerceada a carreira de políticos corruptos.

É mais realista considerar que o nível de punição a que serão submetidos os réus do chamado “mensalão” e o alcance que se dará à aplicação do instrumento legal conhecido por “ficha limpa” estarão, ainda que momentaneamente, adequados à consciência coletiva. Os que desenvolverem a sensação de incômodo com essa perspectiva, entre os quais mais uma vez se recorda estar incluído o autor desta monografia, melhor justificarão seus esforços se se empenharem em alterá-la, mesmo que em prol de resultados longínquos, do que se caírem na tentação de sustentar a existência imediata e real de outro juízo valorativo.

Conclusão

Pretende-se que a confecção do presente estudo tenha possibilitado a apreciação de alguns aspectos não suficientemente explorados no estudo das organizações sociais humanas. Apesar de em geral prevalecer o reconhecimento da necessidade de estruturar relações sociais por meio do estabelecimento de limites aplicados de forma recíproca entre seres que convivem movidos por ambições frequentemente conflitantes, não se enxerga com a mesma frequência a disposição de dissecar alguns aspectos inerentes à lógica resultante dessa premissa.

Nesta monografia, buscou-se suprir essa lacuna, primeiro para demonstrar que os mecanismos de coerção social são múltiplos e intimamente correlacionados. A moral sofre influência da ética, ambas operam sobre os sistemas jurídicos e os integrantes de qualquer meio social serão suscetíveis a alterações de comportamento em decorrência dos conhecimentos que ao longo do tempo todo grupo social adquire, ou pela ação coletiva, ou por força de esforços individuais.

Também se deixou registrado que a ação dos mecanismos que disciplinam a sociedade representa, de muitas maneiras, o filtro de variáveis as mais distintas. Por meio deles, repercutem no meio social os interesses que sem sua força intermediadora nada moveriam. Sentimentos, crenças religiosas, tradições arraigadas e outras circunstâncias capazes de influenciar o comportamento humano afetam o teor dos sistemas de controle social antes de agirem sobre a sociedade em si mesma.

Outra importante contribuição desta análise repousa em uma identificação mais exata do objeto sobre o qual o controle social atua. Demonstra-se que não apenas sobre indivíduos, mas também sobre instituições em torno das quais eles se associam, pairam e atuam os mecanismos empregados pela sociedade para impor limites.

Viu-se, por fim, que esse arcabouço também prima pela existência de aspectos assemelhados em sociedades distintas. Discutiu-se a questão ao se demonstrar que uma sensação majoritária de legitimidade dos limites estabelecidos serve de suporte à sobrevivência do tecido social, uma vez que sem esse pressuposto qualquer sociedade se desagregaria, conforme demonstram algumas experiências históricas específicas⁵².

⁵² Reforce-se que para que se assimile essa premissa o tempo histórico não pode ser compreendido em dias. É óbvio que uma ditadura sanguinária dispõe de condições para manter sob sua tutela, sem nenhum outro argumento, por período de tempo mais ou menos extenso, o comportamento dos que a ela são submetidos. Mas se esse instrumento – o abuso da força – passa a servir como meio exclusivo de manter coletividades

Também se comentou que os limites contidos em normas de convívio, atuando sobre sociedades caracterizadas pela disparidade, agem de forma distinta, conforme o segmento atingido. Na mesma ocasião, verificou-se que a despeito disso não se registram exemplos nos quais se comprove a existência de indivíduos completamente protegidos contra a aplicação de limites.

Em sequência, teve-se a oportunidade de expor que a instituição de limites ao comportamento em sociedade não se promove sem confrontos, até porque se trata, como se viu, não de evitá-los ou de superá-los, mas de administrá-los de forma que não inviabilizem o convívio. Existem sempre, mais ou menos pronunciadas, resistências por parte daqueles a quem tais limites se destinam, e dessa constatação tanto decorre a instituição e a disseminação de sanções sociais quanto a construção de uma dinâmica voltada a permitir acomodações entre os que se põem em situação de atrito.

A parte expositiva da análise é encerrada por meio da abordagem de uma questão muitas vezes indevidamente refutada pelos que ao tema aqui abordado se dedicam. Viu-se que os limites impostos pela sociedade, mesmo quando aparentemente atuam em favor de determinados grupos, constituem uma construção social e não uma imposição vazia, movida a tiros, proveniente de determinados grupos em detrimento dos demais.

Produziu-se, pois, ao cabo de toda a exposição, elementos de convicção suficientes para demonstrar que existem certas circunstâncias que sempre atuarão quando os indivíduos se agregarem em grupos. Imagina-se ter sido alcançado o objetivo de comprovar que uma mecânica comum norteia e opera sobre a organização e a estrutura de sociedades as mais distintas.

Apesar de se confiar no sucesso do esforço, não se pode concluir a análise sem se tecer referência ao seu contraponto. É que, sem prejuízo do que se examinou nesta monografia, não é possível confundir a organização social brasileira com os parâmetros que norteavam o comportamento em sociedade dos astecas, dos maias ou dos incas.

Essa circunstância, ao contrário de desautorizar as conclusões desta resenha, possui uma explicação bastante simples. É que não se abordaram valores sociais em si, mas a mecânica por meio do qual esses valores, incorporados ao que aqui se denominou “consciência coletiva”, favorecem a construção de limites destinados justamente a protegê-los. Tratou-se de descrever o esqueleto, com a precisão que as limitações do autor da monografia permitiram, mas é óbvio que a carne destinada a preenchê-lo não é menos

convivendo, ou se verifica a desagregação social ou a substituição da opressão por mecanismos que, de uma forma ou de outra, permitam a tolerância dos indivíduos aos limites que restringem suas opções de vida.

relevante e constitui, de forma bem adequada a essa analogia, a faceta social mais visível, razão pela qual não se enxergam mesmo, sem que se adotem os cuidados aqui desenvolvidos, aspectos em torno dos quais comungam organizações sociais as mais díspares.

Enfim, o que se buscou, em última análise, consistiu em uma abordagem diferenciada do tema que serve de objeto ao curso em que se insere o presente estudo. Trata-se de compreender como, na qualidade mais de variável dependente do que na condição de aspecto determinante da vida em sociedade, poderá sobre ela influir e sofrer influências o próprio processo legislativo.

Referências Bibliográficas

- BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. Tradução: Néelson Jahr Garcia. E-book de responsabilidade de Ridendo Castigat Mores, 2001.
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Tradução: Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. 12ª ed. Brasília: LGE Editora e Editora UnB, 2004.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 7ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- COULANGES, Fustel de. **A Cidade Antiga**. Tradução: Jonas Camargo Leite e Eduardo Fonseca. 12ª ed. São Paulo: Hemus, 1975.
- DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. Tradução: Eduardo Brandão. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FERRO, Marc. **História das Colonizações: das conquistas às independências**. Tradução: Rosa Freire d'Aguar. 1ª ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Tradução: Raquel Ramalhete. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. 4ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- FRANCO JR., Hilário. **O Feudalismo**. 1ª ed., 15ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- GORENDER, Jacob. **A Escravidão Reabilitada**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1991.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Tradução: Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução: Eduardo Bini. 12ª ed. São Paulo: Hemus, 1996.
- MARKY, Thomas. **Curso Elementar de Direito Romano**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 1992.
- MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. **O Espírito das Leis**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- PLATÃO. **A República**. Tradução: Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito**. 22ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**. Tradução: Antônio de Pádua Danesi. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- SUETÔNIO. **A Vida dos Doze Césares**. Tradução: Sadi-Garibaldi. 3ª ed. São Paulo: Ediouro, 2002.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. Tradução: João Dell'Anna. 24^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo**. Tradução: José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **Economia e Sociedade**. Tradução: Régis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 3^a ed. Brasília: Editora UnB, 1994.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em Busca das Penas Perdidas - a perda de legitimidade do sistema penal**. Tradução: Vânia Romano Pedrosa e Amir Lopes da Conceição. 2^a ed. Rio de Janeiro: Revan, 1996.